



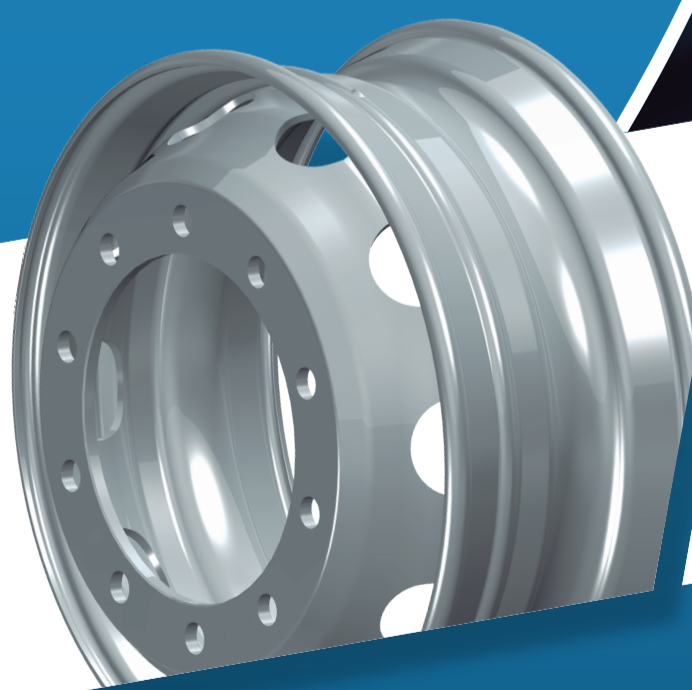
Demonstrações Financeiras

2020

A Iochpe-Maxion é líder global na produção de rodas automotivas.

Um dos principais produtores de componentes estruturais automotivos das Américas.

32 unidades fabris em 14 países, com mais de 15 mil colaboradores.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

12) INSTRUÇÃO CVM Nº 381

Em atendimento à Instrução nº 381 da Comissão de Valores Mobiliários, informamos que durante o exercício de 2020, a Iochpe-Maxion, suas controladas e seus negócios em conjunto, incorreram com os seguintes serviços prestados pelo auditor independente:

Honorários de auditoria - R\$ 8,4 milhões: os honorários de auditoria incluem a auditoria das demonstrações financeiras anuais individuais (Práticas contábeis adotadas no Brasil) e consolidadas (IFRS), a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia e auditoria das demonstrações financeiras das controladas e negócios em conjunto no Brasil e no exterior.

Honorários não relacionados à auditoria - R\$ 0,2 milhão: os honorários não relacionados à auditoria são referentes a revisão de impostos no exterior.

A Iochpe-Maxion, suas controladas e seus negócios em conjunto em discussão com os seus auditores independentes, concluíram que estes serviços prestados não afetaram a independência e a objetividade destes, em razão da definição do escopo e dos procedimentos executados. A Iochpe-Maxion adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

13) DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com o relatório de revisão especial dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020.

As informações financeiras da Companhia aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS, conforme emitido pela *International Accounting Standard Board*.

O EBITDA e EBITDA Ajustado não deve ser considerado como uma alternativa para o lucro líquido, como um indicador de desempenho operacional da Companhia, ou uma alternativa para fluxo de caixa como um indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o EBITDA e o EBITDA Ajustado são medidas práticas para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias.

A Companhia calcula o EBITDA conforme a Instrução CVM 527 regulamentada em 04/10/12. Com isso, o EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido antes de juros, Imposto de Renda e Contribuição Social e depreciação/amortização.

Cruzeiro, 03 de março de 2021.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	669.805	263.853	1.605.439	646.137
Contas a receber de clientes	6	330.946	264.811	1.405.954	1.029.650
Estoques	7	416.426	296.272	1.748.497	1.328.470
Impostos a recuperar	8	51.571	42.451	239.884	223.589
Despesas antecipadas		3.441	2.474	49.145	20.210
Outros créditos		12.534	13.316	113.007	109.565
Total do ativo circulante		1.484.723	883.177	5.161.926	3.357.621
NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	8	13.375	3.141	151.962	166.759
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	96.193	75.075	419.156	306.628
Depósitos judiciais		51.101	52.254	56.466	58.495
Partes relacionadas	10.b	-	4.897	-	4.897
Outros créditos		1.581	790	2.046	1.520
Investimentos	11	3.562.291	3.010.977	95.283	74.612
Imobilizado	12	936.432	928.136	4.237.764	3.590.747
Intangível	13	82.465	67.618	2.219.880	1.740.135
Direito de uso	14	6.868	10.133	67.320	73.997
Total do ativo não circulante		4.750.306	4.153.021	7.249.877	6.017.790
TOTAL DO ATIVO		6.235.029	5.036.198	12.411.803	9.375.411

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.083.741	24.353	1.907.564	648.697
Fornecedores	16	188.331	146.238	1.463.594	1.126.821
Obrigações fiscais	17	9.212	8.460	90.868	121.006
Obrigações sociais e trabalhistas	18	79.633	111.039	318.632	322.088
Adiantamentos de clientes		42.062	17.539	58.849	27.244
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		439	127.146	89.731	127.147
Partes relacionadas	10.b	-	31.714	-	-
Outras obrigações		66.463	35.418	423.213	210.561
Total do passivo circulante		1.469.881	501.907	4.352.451	2.583.618
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.231.148	1.243.975	3.212.825	2.412.886
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e civeis	19	62.674	48.051	79.423	83.753
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	-	-	175.180	174.548
Passivo atuarial de plano de pensão	20	-	-	701.929	515.932
Outras obrigações		9.041	13.787	87.234	107.698
Total do passivo não circulante		1.302.863	1.305.813	4.256.591	3.294.817
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21.a	1.576.954	1.576.954	1.576.954	1.576.954
Opções outorgadas reconhecidas		3.061	3.071	3.061	3.071
Reservas de lucros		120.921	606.530	120.921	606.530
Reserva de capital		12.467	6.000	12.467	6.000
Ações em tesouraria	21.e	(28.894)	(28.920)	(28.894)	(28.920)
Ajuste de avaliação patrimonial		1.777.776	1.064.843	1.777.776	1.064.843
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		3.462.285	3.228.478	3.462.285	3.228.478
Participação dos acionistas não controladores		-	-	340.476	268.498
Patrimônio líquido total		3.462.285	3.228.478	3.802.761	3.496.976
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.235.029	5.036.198	12.411.803	9.375.411

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de Reais - R\$)

	Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial				Lucro (prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido total
	Capital social	Opções outorgadas reconhecidas	Reserva legal	Reserva estatutária de investimento e de capital de giro	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Custo atribuído ao ativo imobilizado	Outros resultados abrangentes				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	<u>1.407.536</u>	<u>3.084</u>	<u>79.510</u>	<u>313.646</u>	<u>127.006</u>	<u>(26.022)</u>	<u>75.288</u>	<u>941.902</u>	-	<u>2.921.950</u>	<u>276.577</u>	<u>3.198.527</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	337.435	337.435	83.980	421.415
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	53.344	-	53.344	3.133	56.477
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	53.344	337.435	390.779	87.113	477.892
Aumento de capital	39.938	-	-	-	-	-	-	-	-	39.938	-	39.938
Incorporação de reserva de capital	129.480	-	-	-	(129.480)	-	-	-	-	-	-	-
Reconhecimento de plano de opções de ações	-	23	-	-	-	-	-	-	-	23	-	23
Exercício de opções de ações	-	(36)	-	-	-	-	-	-	-	53	-	53
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	89	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	(2.987)	-	-	-	(2.987)	-	(2.987)
Baixa do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(5.327)	-	5.327	-	-	-
Efeito hiperinflacionário sobre investimento em controlada em conjunto	-	-	-	-	8.474	-	(364)	-	-	(364)	-	(364)
Dividendos destinados aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(95.192)	(95.192)
Destinações do lucro líquido do exercício:												
Reserva legal	-	-	17.138	-	-	-	-	-	(17.138)	-	-	-
Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro	-	-	-	198.802	-	-	-	-	(198.802)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.566)	-	-	-	-	-	(2.566)	-	(2.566)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(126.822)	(126.822)	-	(126.822)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u>1.576.954</u>	<u>3.071</u>	<u>96.648</u>	<u>509.882</u>	<u>6.000</u>	<u>(28.920)</u>	<u>69.597</u>	<u>995.246</u>	-	<u>3.228.478</u>	<u>268.498</u>	<u>3.496.976</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(491.780)	(491.780)	71.866	(419.914)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	719.421	719.421	99.656	819.077
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	(491.780)	227.641	171.522	399.163
Exercício de opções de ações	-	(10)	-	-	-	26	-	-	-	16	-	16
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(6.171)	-	6.171	-	-	-
Baixa do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(317)	-	-	(317)	-	(317)
Efeito hiperinflacionário sobre investimento em controlada em conjunto	-	-	-	-	6.467	-	-	-	-	6.467	-	6.467
Dividendos destinados aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(99.544)	(99.544)
Destinação do prejuízo do exercício	-	-	-	(485.609)	-	-	-	-	485.609	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>1.576.954</u>	<u>3.061</u>	<u>96.648</u>	<u>24.273</u>	<u>12.467</u>	<u>(28.894)</u>	<u>63.109</u>	<u>1.714.667</u>	-	<u>3.462.285</u>	<u>340.476</u>	<u>3.802.761</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	26	1.925.844	2.509.877	8.760.568	10.016.395
CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	27	(1.768.233)	(2.123.356)	(8.195.255)	(8.831.177)
LUCRO BRUTO		157.611	386.521	565.313	1.185.218
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas	27	(14.709)	(14.602)	(61.812)	(53.778)
Gerais e administrativas	27	(101.278)	(112.255)	(487.721)	(482.968)
Honorários da Administração	10.a	(14.110)	(19.086)	(14.110)	(19.086)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(414.321)	182.667	2.043	(23.902)
Despesas (Receitas) operacionais, líquidas	28	(34.753)	4.206	(188.434)	70.771
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(421.560)	427.451	(184.721)	676.255
Receitas financeiras	24	15.909	18.368	33.366	65.344
Despesas financeiras	24	(114.149)	(83.392)	(262.431)	(230.124)
Varição cambial, líquida	25	3.751	(758)	(3.921)	(5.124)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(516.049)	361.669	(417.707)	506.351
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	9.b	3.151	(23.145)	(88.573)	(178.240)
Diferidos	9.b	21.118	(1.089)	86.366	93.304
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>(491.780)</u>	<u>337.435</u>	<u>(419.914)</u>	<u>421.415</u>
ATRIBUÍVEL AOS:					
Acionistas controladores		(491.780)	337.435	(491.780)	337.435
Acionistas não controladores		-	-	71.866	83.980
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO POR AÇÃO:					
BÁSICO - R\$	31	(3,22754)	2,23135	(3,22754)	2,23135
DILUÍDO - R\$	31	(3,22754)	2,23078	(3,22754)	2,23078

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS					
Vendas de mercadorias e bens	26	2.347.293	3.105.739	9.223.151	10.698.444
Perdas de crédito esperadas	6	(4.333)	(3.916)	(10.366)	3.478
Outras receitas		23.126	38.710	80.013	140.751
		2.366.086	3.144.133	9.292.798	10.842.673
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUEM ICMS E IPI)					
Matérias-primas consumidas		(975.881)	(1.256.448)	(5.053.479)	(5.551.378)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(278.376)	(285.350)	(1.466.795)	(1.456.778)
		(1.254.257)	(1.541.798)	(6.520.274)	(7.008.156)
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>1.111.829</u>	<u>1.602.335</u>	<u>2.772.524</u>	<u>3.834.517</u>
RETENÇÕES					
Depreciação e amortização	27	(65.551)	(65.168)	(556.861)	(419.554)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMP					

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(491.780)	337.435	(419.914)	421.415
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:				
Ganhos na conversão de demonstrações financeiras de controladas do exterior	733.672	82.523	833.328	85.656
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:				
Efeito de mudança de premissas atuariais, líquido de impostos	(14.251)	(29.179)	(14.251)	(29.179)
Total dos outros resultados abrangentes	719.421	53.344	819.077	56.477
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	227.641	390.779	399.163	477.892
ATRIBUÍVEL AOS:				
Acionistas controladores	227.641	390.779	227.641	390.779
Acionistas não controladores	-	-	171.522	87.113
	227.641	390.779	399.163	477.892

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na Rua Dr. Othon Barcellos, nº 83, na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão com o código de negociação MYPK3. As atividades da Companhia, de suas controladas e de seus negócios em conjunto são desenvolvidas em 9 unidades no Brasil e 23 unidades no exterior. As informações sobre as principais operações da Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 2.

2. EMPRESAS DA COMPANHIA

As atividades da Companhia e de suas controladas estão organizadas no segmento automotivo, divididas entre as unidades de rodas e componentes estruturais. A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

	País	Atividade	Participação direta - %		Participação indireta - %	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Iochpe-Maxion S.A. (Controladora - Cruzeiro)	Brasil	(a) (d) (e)	-	-	-	-
Filial São Paulo	Brasil	-	-	-	-	-
Filial Limeira Aço	Brasil	(b)	-	-	-	-
Filial Limeira Alumínio	Brasil	(c)	-	-	-	-
Filial Contagem	Brasil	(e)	-	-	-	-
Filial Resende	Brasil	(d)	-	-	-	-
Remon-Resende Montadora Ltda.	Brasil	-	66,66	66,66	33,33	33,33
Maxion (Nantong) Wheels Co., Ltd.	China	(a)	100,00	100,00	-	-
Maxion Wheels (Thailand) Co., Ltd.	Tailândia	(g)	8,15	8,15	91,84	91,84
Iochpe-Maxion Austria GmbH	Áustria	(c)	100,00	100,00	-	-
Maxion Wheels Aluminium India Pvt. Ltd.	Índia	-	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Immobilien GmbH & Co. KG	Alemanha	-	-	-	100,00	100,00
Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V.	México	(g)	-	-	100,00	100,00
Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.	México	(d) (e)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	México	(a) (b) (c)	-	-	100,00	100,00
Servicios Maxion Wheels San Luis Potosí, S.A. de C.V.	México	-	-	-	100,00	100,00
Servicios Maxion Wheels Chihuahua, S. de R.L. de C.V.	México	-	-	-	100,00	100,00
Iochpe Holdings, LLC	EUA	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels U.S.A. LLC	EUA	(f)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Akron LLC (*)	EUA	(a)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Sedalia LLC	EUA	(b)	-	-	100,00	100,00
Maxion Import LLC	EUA	(f)	-	-	100,00	100,00
Maxion Luxembourg Holdings S.A.R.L.	Luxemburgo	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels South Africa (Pty) Ltd.	África do Sul	(c)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Japan K.K.	Japão	-	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Czech s.r.o.	República Tcheca	(b) (c)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Holding GmbH	Alemanha	(g)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels España S.L.	Espanha	(b)	-	-	100,00	100,00
Hayes Lemmerz Barcelona, S.L.	Espanha	-	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Italia S.r.l.	Itália	(c)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels Konigswinter GmbH	Alemanha	(g)	-	-	100,00	100,00
Kalyani Maxion Wheels Private Limited	Índia	(a) (b)	-	-	85,00	85,00
Maxion Wheels Werke GmbH	Alemanha	(a) (b)	-	-	100,00	100,00
Maxion Wheels do Brasil Ltda.	Brasil	(c)	-	-	100,00	100,00
Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.	Turquia	(b) (c)	-	-	60,00	60,00
Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.	Turquia	(a)	-	-	60,00	60,00

(*) Em consonância ao comunicado ao mercado emitido em 13 de agosto de 2020, a Companhia decidiu efetuar uma reestruturação nas entidades da América do Norte consolidando suas operações em duas plantas, tal decisão resultou no processo de encerramento das atividades da planta Maxion Wheels Akron LLC e, conseqüente transferência de tais operações para as demais plantas, ressaltamos ainda que em 31 de dezembro de 2020, tal entidade continua em operação.

- (a) Fabricação e comercialização de rodas pesadas de aço.
- (b) Fabricação e comercialização de rodas leves de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios.
- (c) Fabricação e comercialização de rodas leves de alumínio para automóveis.

3. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas semelhanças ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Base de consolidação
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas até 31 de dezembro de cada exercício. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre a Companhia e suas investidas são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

Moeda funcional e de apresentação
Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim de cada período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira não são novamente convertidos.

As variações cambiais são reconhecidas no resultado no período em que ocorrem, exceto:

- Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que fazem parte do custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.
- Variações cambiais decorrentes de transações contratadas para proteção ("*hedge*") contra riscos de câmbio.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz

parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em "outros resultados abrangentes" e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado mediante a alienação ou alienação parcial do investimento líquido.

Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio flutuem significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio na data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em um componente separado da reserva de conversão de moeda estrangeira (atribuídas às participações minoritárias, conforme apropriado).

Na alienação de uma operação no exterior (isto, alienação da participação total da Companhia em uma operação no exterior, ou alienação envolvendo perda de controle sobre uma controlada que inclui operações no exterior ou alienação parcial de participação em acordo conjunto ou coligada que inclui uma operação no exterior no qual a participação retida se torna um ativo financeiro), todo o montante da variação cambial acumulada na reserva de conversão de moeda estrangeira referente a essa operação atribuível aos proprietários da Companhia é reclassificado para o resultado.

Adicionalmente, no caso de alienação parcial de uma controlada que inclui operação no exterior que não represente perda de controle da Companhia sobre a controlada, as parcelas proporcionais das diferenças cambiais acumuladas são realocadas para participações minoritárias e não é reconhecida no resultado.

Para todas as demais alienações parciais (ou seja, as alienações parciais de coligadas ou acordos em conjunto que não representem perda significativa de influência ou controle conjunto da Companhia), a parcela proporcional das diferenças cambiais acumuladas é reclassificada para o resultado.

O ágio e os ajustes ao valor justo resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos da operação no exterior e convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento. As diferenças cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Taxas de câmbio
As taxas de câmbio em reais (R\$) em vigor na data-base das demonstrações financeiras são as seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Taxa final		
Dólar norte-americano - US\$	5,1967	4,0307
Euro - €	6,3779	4,5305
Taxa média		
Dólar norte-americano - US\$	5,1558	3,9451
Euro - €	5,8922	4,4155

Uso de estimativas e julgamentos
Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas.

As estimativas e suas premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado a partir do exercício corrente.

A seguir são apresentadas as principais áreas de julgamentos e estimativas contábeis:

- Perdas de crédito esperadas.
- Perdas dos estoques.
- Método de depreciação e vida útil do ativo imobilizado.
- Avaliação do valor recuperável do ágio e demais ativos não financeiros.
- Imposto de renda e contribuição social.
- Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis.
- Obrigações de planos de pensão.
- Gestão de risco e instrumentos financeiros.
- Avaliação sobre se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável.

Investimentos em coligadas e "joint ventures"
Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma "*joint venture*". Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Uma "*joint venture*" é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou "*joint ventures*" são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, no qual o investimento em uma coligada ou "*joint venture*" é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou "*joint venture*".

Consolidação das demonstrações financeiras
Demonstrações financeiras consolidadas - incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Os principais procedimentos de consolidação incluem:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das controladas, diretas e indiretas.
- Eliminação das transações intercompanhias, dos saldos e dos ganhos e das perdas não realizados em transações entre as empresas da Companhia. Perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação possua evidências de perda de valor ("*impairment*") do ativo transferido.

(d) Fabricação e comercialização de componentes estruturais pesados (chassis completos, longarinas e travessas) e estampados para veículos comerciais.

(e) Fabricação e comercialização de componentes estruturais leves e automotivos (estampados para veículos de passageiros, alavancas de freio de mão, conjunto de pedais, conjuntos soldados, peças estruturais e outros componentes automotivos).

(f) Comercialização de rodas leves e pesadas.

(g) Empresa com participação acionária majoritária em uma ou mais empresas.

Participação em negócios em conjunto

A Companhia, por meio da Maxion Montich S.A. ("Maxion Montich"), seu negócio em conjunto localizado em Córdoba - Argentina, dedica-se à produção e comercialização de componentes estruturais pesados (chassis completos, longarinas e travessas), estampados e conjuntos soldados para veículos comerciais e leves.

Em 31 de dezembro de 2020, o investimento no negócio em conjunto Maxion Montich com 50% de participação é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Participação em coligadas

Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.

A Companhia, por meio da Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. ("AmstedMaxion"), sua coligada localizada na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, dedica-se à produção de fundidos industriais e rodas ferroviárias.

A AmstedMaxion, por meio da Greenbrier Maxion Serviços e Equipamentos Ferroviários S.A. ("GreenbrierMaxionFerroviário"), seu negócio em conjunto localizado na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, dedica-se à produção e comercialização de vagões ferroviários.

Em 1º de novembro de 2019, em linha com sua estratégia de negócios, a Companhia alienou aos demais acionistas da AmstedMaxionFundação participação acionária representando 18,25% do capital social da referida sociedade, pelo preço total de R\$ 20.093, de forma que Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários Ltda. e Greenbrier do Brasil Participações Ltda. passaram a deter, respectivamente, 51% e 29,5% do capital social da AmstedMaxionFundação, conforme previsto no contrato de compra e venda de ações e outras avenças celebrado em 1º de agosto de 2019. Em decorrência da referida alienação, a Companhia reduziu sua participação acionária na AmstedMaxionFundação para 19,5%, que passou a ser sua coligada, em razão da influência significativa exercida pela Companhia, evidenciada por direitos oriundos do acordo de acionistas firmado em 28 de abril de 2017 e aditado em 1º de novembro de 2019, continuando o investimento a ser avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A referida operação resultou em uma perda líquida de R\$ 992.

DongFeng Maxion Wheels Ltd.

A Companhia, por meio da DongFeng Maxion Wheels Ltd. ("DongFengMaxion"), sua coligada localizada em Suizhou, província de Hubei, China, produzirá e comercializará rodas de alumínio para veículos leves voltadas ao mercado chinês. A DongFengMaxion encontra-se em fase pré-operacional e o início das operações está previsto para o 2º semestre de 2021.

A Companhia exerce influência significativa na coligada, evidenciada pela indicação de membros do Conselho de Administração e outros direitos oriundos de um contrato de investimentos firmado com a DongFeng Motor Chassis Systems.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020, os investimentos nas coligadas AmstedMaxion e DongFengMaxion, com 19,5% e 50% de participação respectivamente, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os principais grupos das demonstrações financeiras do negócio em conjunto e das coligadas estão apresentados a seguir:

	Maxion Montich		AmstedMaxionFundação		DongFengMaxion	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Balancos patrimoniais						
Ativo circulante	100.899	76.386	99.637	86.832	70.704	59.037
Ativo não circulante	84.529	85.340	348.790	338.227	52.632	11.673
Passivo circulante	(120.603)	(110.127)	(144.362)	(108.412)	(5.262)	(1.920)
Passivo não circulante	(31.832)	(34.044)	(142.381)	(156.155)	(23.838)	-
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	32.926	17.498	82.459	81.851	47.118	34.395
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	67	57	79.225	78.641	47.118	34.395
Patrimônio líquido total	32.993	17.555	161.684	160.492	94.236	68.790
Demonstrações do resultado						
Receita líquida de vendas	221.567	212.512	362.799	352.119	-	-
Custo dos produtos vendidos	(204.731)	(193.295)	(302.320)	(314.671)	-	-
Despesas operacionais	(9.122)	(12.787)	(51.400)	(55.518)	(499)	-
Receitas (Despesas) financeiras, líquidas	(1.123)	(33.807)	(11.126)	(17.405)	692	550
Imposto de renda e contribuição social	(2.909)	4.057	1.378	2.328	(298)	(80)
Lucro (Prejuízo) do exercício	3.682	(23.320)	(669)	(33.147)	(105)	470

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Adoção das IFRSS Novas e Revisadas em Vigor no Exercício Corrente

4.1.1. Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (CPC 38, CPC 40 R1 e CPC 40)

As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Porém, devido a recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses *benchmarks*. Desta forma, em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7), havendo a exigência de se avaliar eventual impacto pré-reforma sobre a projeção do valor dos fluxos de caixa baseados nas taxas de referência, sobretudo nas operações de *hedge* e contabilidade

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia não fornece garantia além daquela prevista por lei, em linha com a prática no setor.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos produtos. O prazo normal de crédito é de 30 a 90 dias após a entrega.

Abatimentos por volume

A Companhia oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia aplica o método do valor mais provável para contratos com um limite de volume único, e o método do valor esperado para contratos com mais de um limite de volume. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é impulsionado principalmente pelo número de limites de volume constantes do contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas restritivas de contraprestação variável e reconhece um passivo de restituição para os abatimentos futuros esperados.

Prestação de serviços

A receita de fabricação de ferramental é reconhecida com base no percentual de conclusão. O andamento da construção é medido com base na matéria prima e nas horas de trabalho incorridas até uma data-corte, como percentual do total de horas de trabalho estimadas para cada contrato. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que os custos incorridos puderem ser recuperados. Isso é observado geralmente durante os estágios iniciais de fabricação, quando os ferramentais são submetidos a testes de qualidade pelo cliente.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos para resgate de até 90 dias contados da data da aplicação, considerados de liquidez imediata e conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até o encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Contas a receber de clientes

Registradas e mantidas no balanço pelo preço de transação dos títulos representativos desses créditos e deduzidas das perdas de crédito esperadas aplicando a abordagem simplificada, registrando as perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes.

A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada sobre as contas a receber de clientes durante o prazo contratual. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas considerando a experiência de inadimplência histórica do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. Ademais, a Companhia constitui provisão para perdas para 100% das contas a receber vencidas há mais de 180 dias, uma vez que a experiência histórica indica que tais contas a receber em geral não são recuperáveis.

d) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

e) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas, quando aplicável. O custo médio inclui gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A Companhia e suas controladas fazem estimativas para avaliação da provisão para perdas em estoques, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis nos estoques, seguindo os critérios apresentados a seguir.

A provisão para perdas com estoques de giro lento é constituída com base na política definida pela Administração, que leva em consideração o histórico de consumo de quantidade item a item nos últimos 12 meses comparado com o saldo de estoques existentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Para aquelas quantidades que excederem o consumo histórico dos últimos 12 meses e que não exista nenhuma previsão de venda ou consumo futuro, a provisão para perdas em estoques é constituída entre a diferença do valor contábil e o seu valor recuperável.

f) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Registrado ao custo de aquisição ou construção e, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização.

O imobilizado inclui, quando aplicável, todos os gastos aloáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e reconhecidos líquidos como outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Peças de reposição de máquinas, necessárias à normalidade do funcionamento de bens do imobilizado e que resultem em aumento da vida útil do bem em período superior a 12 meses, são classificadas como imobilizado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

Depreciação

Calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Terrenos e construções em andamento não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados no encerramento de cada exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos, posteriormente, como mudança de estimativas contábeis.

A depreciação é reconhecida de modo que seja feita a baixa contábil do custo ou a avaliação dos ativos, exceto terrenos e construções em andamento, deduzida dos seus valores residuais com base na vida útil anual, pelo método linear, conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Edificações e benfeitorias	5%	6%
Máquinas e equipamentos	7%	12%
Peças de reposição de maquinário	7%	23%
Ferramentais	15%	27%
Outros	9% a 40%	9% a 40%

g) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no encerramento de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável.

Compreendem: (i) marcas; (ii) direito de uso de terreno; (iii) licenças de uso de sistemas computadorizados ("softwares"), incluindo os correspondentes gastos com implementação; (iv) carteiras de clientes adquiridas de terceiros; e (v) ágio na aquisição de controladas. Os ativos intangíveis sem vida útil definida, compostos substancialmente pelos valores dos ágios pagos na aquisição de controladas são anualmente avaliados quanto à sua capacidade de recuperação ou quando indícios de não recuperação se fizerem presentes. A marca Hayes Lemmerz foi um ativo identificado no processo de aquisição da controlada Maxion Wheels.

O direito de uso do terreno onde se localiza a controlada Maxion (Nantong) Wheels Co., Ltd. é amortizado linearmente pelo prazo de 50 anos, conforme previsto no contrato de concessão com a prefeitura local.

As licenças de uso de sistemas computadorizados ("softwares"), incluindo os correspondentes gastos com implementação, e de sistemas de gestão empresarial adquiridos são capitalizadas e amortizadas também conforme a vida útil estimada dos ativos, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

A carteira de clientes adquirida de terceiros foi identificada no processo de aquisição da controlada Maxion Wheels e possui prazo de vida útil remanescente a ser amortizado completamente até 31 de janeiro de 2033.

Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos são registrados como despesa, quando incorridos.

h) Redução ao valor recuperável dos ativos

Ativos

A Companhia e suas controladas avaliam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo com vida indefinida não será recuperado, para os demais ativos, tal avaliação ocorre no momento em que há indícios de desvalorização. Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre:

- (i) Seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e
- (ii) Seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGCs).

Ágio

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. Na alienação da unidade geradora de caixa, o valor atribuível do ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

i) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

j) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em decorrência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências passivas referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável do montante correspondente possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Reestruturações

A provisão é reconhecida quando a Companhia traça um plano formal detalhado para a reestruturação em linha com as diretrizes de negócios, havendo uma expectativa válida de que a reestruturação será iniciada com a implementação do plano ou o anúncio dos seus principais aspectos. A mensuração da provisão para reestruturação inclui apenas os gastos diretos resultantes da reestruturação, e não aqueles associados às atividades em andamento da entidade.

k) Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

Plano de benefício definido e benefícios de assistência à saúde pós-emprego

A Companhia patrocina um plano fechado de previdência do tipo benefício definido, o qual requer que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. A Companhia concede também determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para funcionários em nível executivo. Esses benefícios são financiados em regime de caixa. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo juros, e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros líquidos) são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial, com correspondente débito ou crédito a lucros retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorram. As mensurações não são reclassificadas ao resultado em períodos subsequentes.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações na obrigação de benefício definido líquido na demonstração consolidada do resultado:

- Custos de serviço, compreendendo custos circulantes com serviços, custos com serviços passados, ganhos e perdas advindos de redução significativa da expectativa do tempo de trabalho e liquidações não usuais.
- Despesas ou receitas com juros líquidos.

Plano de contribuição definida

As obrigações pelas contribuições a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. No caso da Companhia, o plano de contribuição definida é representado por plano aberto caracterizado por contribuições fixas e sem risco atuarial ou de obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais por parte da Companhia.

l) Benefícios a colaboradores

Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos colaboradores, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando estão contratualmente obrigadas ou há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Remuneração baseada em ações

Para os participantes dos planos, o valor justo das opções de compra de ações concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com o correspondente aumento do patrimônio.

No encerramento de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos, sendo o impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, reconhecido no resultado do exercício, de forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na rubrica "Opções outorgadas reconhecidas", que registrou o benefício aos colaboradores.

A companhia e suas controladas também possuem um plano de incentivo de longo prazo, os beneficiários de tal programa farão jus a prêmios em dinheiro referenciados na valorização das ações da Companhia em bolsa de valores; e no retorno sobre capital investido na Companhia

m) Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que

possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias quando aplicáveis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

n) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelas opções de compra de ações do plano de outorga, com efeito diluidor nos exercícios apresentados.

o) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros em: (i) custo amortizado; e (ii) valor justo por meio do resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

(i) Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Contas a receber de clientes" e "Outros créditos".

(ii) Valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Exemplo de ativo classificado nesta categoria: "Instrumentos financeiros derivativos".

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

(i) Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

(iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre o saldo de contas a receber. A Companhia mensura a provisão para perdas para um instrumento financeiro em valor equivalente à perda de crédito esperada (PCE) durante a vida útil se o risco de crédito relacionado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, ou se o instrumento financeiro corresponder a um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado. A Companhia utiliza a abordagem simplificada para a mensuração da provisão para perdas em um valor correspondente à PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento em determinadas circunstâncias. Dentre os ativos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável, as contas a receber de clientes (vide nota explicativa nº 6). As atividades da Companhia e de suas controladas estão organizadas no segmento automotivo, sendo a grande maioria das suas contas a receber com montadoras, e por esse motivo, a perda com recebíveis no exercício findo em 2020 representou 0,34% de seu faturamento consolidado.

Passivos financeiros

Classificação

Os passivos financeiros da Companhia são classificados em:

- (i) Custo amortizado; e
- (ii) Valor justo por meio do resultado.

Reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, e contas a pagar). A Companhia possui como passivos financeiros: contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures e contratos de garantia financeira. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:

(i) Custo amortizado

Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

O resumo da classificação é como segue:

	Ativo/Passivo financeiro		Classificação IFRS 9	
Caixa e equivalentes de caixa				Custo amortizado
Contas a receber de clientes				Custo amortizado
Outros créditos				Custo amortizado
Depósitos judiciais				Custo amortizado
Fornecedores				Custo amortizado
Outros passivos financeiros				Custo amortizado

Impactos COVID - 19

Na data destas demonstrações financeiras, estamos operando em todas as nossas unidades industriais com a capacidade alinhada à demanda de nossos clientes, com medidas adicionais de segurança, tais como: disponibilização de equipamentos de proteção individual, medição da temperatura na entrada das unidades, disponibilização de álcool em gel, readequação do transporte dos colaboradores e dos restaurantes para promover o distanciamento entre as pessoas e a intensificação de limpeza de áreas comuns. A fim de preservar a saúde de todos os colaboradores e seus familiares e combater a propagação da COVID-19, foram adotados protocolos estabelecidos de acordo com as orientações dos órgãos competentes de cada localidade em que a Companhia atua. Adicionalmente, as viagens nacionais e internacionais foram canceladas, as reuniões presenciais estão sendo substituídas por videoconferências, o acesso de terceiros às unidades da Companhia foi restringido e o regime de trabalho vem sendo ajustado, com o objetivo de evitar ao máximo a concentração de pessoas no mesmo ambiente. Diante da situação, mantivemos significativamente a liquidez da Companhia, revisamos os volumes de produção, adequamos a compra de matérias primas e implementamos ações de redução de custos e despesas.

Ao analisar os resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o entendimento da Administração é que para os aspectos relevantes da pandemia, a Companhia implementou as ações adequadas a fim de mitigar eventuais impactos em sua liquidez, operações, e seus ativos.

No segundo trimestre de 2020, o teste de recuperabilidade dos ativos das subsidiárias Maxion Wheels Akron LLC e Maxion Wheels do Brasil resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos montantes de R\$ 29.621 (sendo R\$ 21.826 em ativos fixos e R\$ 7.795 em estoques) e R\$ 3.042, respectivamente.

A Companhia continua acompanhando a evolução da Covid-19, adotando medidas necessárias e reiterando nosso compromisso com a segurança de todos os colaboradores, clientes e demais stakeholders.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos:				
No Brasil	26.671	18.405	29.797	21.262
No exterior	-	-	909.921	320.975
	26.671	18.405	939.718	342.237
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
No Brasil	643.134	245.448	644.251	246.720
No exterior	-	-	21.470	57.180
	643.134	245.448	665.721	303.900
Total	669.805	263.853	1.605.439	646.137</

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

b) Saldos por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	289.229	215.984	1.276.470	907.508
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	28.961	39.408	98.085	88.810
De 31 a 60 dias	2.490	3.415	13.682	16.807
De 61 a 90 dias	1.601	1.065	6.900	8.271
De 91 a 180 dias	3.761	4.152	9.128	10.114
Acima de 180 dias	11.319	3.670	20.569	8.107
Total	337.361	267.694	1.424.834	1.039.617

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	50.447	61.027	501.504	376.815
Produtos em elaboração e semiacabados	105.486	63.813	345.534	262.132
Ferramentais para revenda em elaboração	39.856	25.382	99.474	88.978
Matérias-primas	121.733	77.026	423.486	318.360
Materiais auxiliares e embalagens	81.071	76.154	425.880	318.026
Adiantamentos a fornecedores	34.976	10.287	56.699	27.906
Importações em andamento	2.701	3.424	7.327	3.861
Provisão para perdas (i)	(19.844)	(20.841)	(111.407)	(67.608)
Total	416.426	296.272	1.748.497	1.328.470

(i) O teste de recuperabilidade dos ativos da subsidiária Maxion Wheels Akron LLC resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos montantes de R\$ 7.795.

Movimentação da provisão para perdas dos estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	(20.841)	(22.533)	(67.608)	(65.755)
Movimentação	997	1.692	(27.390)	(358)
Varição cambial	-	-	(16.409)	(1.495)
Total	(19.844)	(20.841)	(111.407)	(67.608)

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ - e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	27.778	22.888	77.132	89.158
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	26.077	15.172	31.829	21.199
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	445	305	747	653
Créditos tributários de exportação - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA	3.259	3.068	4.441	4.224
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	5.518	2.575	105.573	99.739
Programa de Integração Social - PIS	1.141	575	22.857	21.663
Outros	728	1.009	1.939	2.784
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - controladas no exterior:				
México	-	-	70.732	67.082
Turquia	-	-	33.635	17.724
Índia Alumínio	-	-	28.111	50.837
Alemanha	-	-	7.900	4.039
Outros países	-	-	6.950	11.246
Total	64.946	45.592	391.846	390.348
Circulante	51.571	42.451	239.884	223.589
Não circulante	13.375	3.141	151.962	166.759

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Diferidos

Os montantes do imposto de renda e da contribuição social diferidos reconhecidos no ativo e passivo não circulantes têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízos fiscais	109.198	97.055	253.642	201.326
Base negativa de contribuição social	44.343	39.582	61.723	51.856
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	21.309	16.338	35.597	31.571
Provisão para participação nos resultados	2.791	14.530	2.791	14.530
Crédito de pagamentos efetuados no exterior	55.448	43.921	55.448	43.921
Provisão para perdas nos estoques	6.747	7.086	17.429	16.250
Provisão para expectativa de perdas de créditos	2.450	1.428	13.266	10.416
Provisão para passivo atuarial	-	-	115.089	83.623
Propriedade intelectual	-	-	81.903	65.863
Diferido sobre mais valia	16.775	15.462	16.775	15.462
Diferença de depreciação e amortização	(95.976)	(91.274)	(362.291)	(318.022)
Custo atribuído - imobilizado - CPC 27	(33.604)	(36.625)	(33.604)	(36.625)
Amortização fiscal de ágio	(40.465)	(40.465)	(40.465)	(40.465)
Outros	7.177	8.037	26.673	(7.626)
Total	96.193	75.075	243.976	132.080
Ativo tributário diferido líquido	96.193	75.075	419.156	306.628
Passivo tributário diferido líquido	-	-	(175.180)	(174.548)

Composição do crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social - consolidado

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor (iii)	Prescrição	Limite por ano	Valor (iii)
Estados Unidos da América - Federal (i)	972.776	2030 a 2038	(iv)	627.574
Estados Unidos da América - Estadual (i)	299.207	2021 a 2036	(ii)	470.751
China (i)	45.118	2021 a 2024	-	65.296
Espanha (i) (v)	199.281	Não há	25% a 50%	25.659
África do Sul (i)	132.750	Não há	Não há	97.705
Tailândia (i)	51.114	2021 a 2025	Não há	20.976
Áustria (i)	71.978	Não há	75%	33.171
Índia (i)	142.945	2026 a 2028	Não há	29.781
Total	1.915.169	-	-	1.370.913

(i) Por não haver ainda projeções suficientes de lucros tributáveis, não foram reconhecidos os créditos tributários diferidos do imposto de renda nas referidas controladas.

(ii) Depende do Estado onde foi apurado o crédito fiscal diferido.

(iii) Créditos tributários sobre prejuízos fiscais não reconhecidos convertidos pela taxa de câmbio final naquela data.

(iv) Para os prejuízos fiscais federais há diversas regras de utilização de acordo com a lei tributária local relacionadas ao ano em que cada prejuízo foi gerado e ao resultado tributável.

(v) Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reavaliou a realização dos tributos diferidos sobre prejuízo fiscal, e por não haver projeções suficientes de lucros tributáveis reverteu o imposto diferido sobre o montante de R\$ 161.664 referente a prejuízos fiscais acumulados em exercícios anteriores.

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovadas pelos órgãos da Administração anualmente, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, registrado no consolidado em 31 de dezembro de 2020, nos seguintes exercícios:

	R\$
2021	20.622
2022	20.275
2023	31.453
2024	41.528
2025	60.741
2026 até 2030	140.746
Total	315.365

As estimativas de recuperação dos ativos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios.

A análise de recuperabilidade considerou os impactos gerados pela pandemia nas operações e na lucratividade da Companhia em 2020 e seus reflexos em anos subsequentes. O impacto negativo em 2020 e os efeitos estimados para os anos seguintes foram ajustados nas projeções como causas identificáveis improváveis de ocorrer novamente, conforme CPC 32. As projeções contemplam igualmente as estratégias de reestruturação financeira e de negócio compreendidas no plano operacional global da Companhia.

b) Conciliação do crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(516.049)	361.669	(417.707)	506.351
Alíquota combinada - %	34	34	34	34
Crédito (Despesa) de imposto de renda e contribuição social à alíquota combinada	175.457	(122.967)	142.200	(172.159)
Resultado de equivalência patrimonial	(140.869)	62.107	695	(8.127)
Despesas indedutíveis	(7.184)	(1.706)	(34.447)	(18.409)
Crédito tributário não constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal	-	-	(78.907)	13.659
Constituição do diferido sobre marca	-	-	19.254	-
Impostos sobre distribuição de dividendos no exterior	-	-	(16.637)	(19.548)
Diferencial de alíquota das controladas do exterior	-	-	(16.794)	26.211
Crédito tributário de controladas	3.151	-	37.561	19.385
Efeito de tradução (moeda local x funcional)	-	-	(34.836)	(5.635)
Propriedade Intelectual (i)	-	-	-	65.863
Benefício dos projetos de inovação tecnológica	714	3.483	714	3.483
Crédito sobre pagamento de imposto	-	27.518	-	27.518
Benefício dos juros sobre capital próprio	-	9.587	-	9.587
Outros	(7.000)	(2.256)	(20.830)	(26.764)
Crédito (Despesa) de imposto de renda e contribuição social no resultado	24.269	(24.234)	(2.207)	(84.936)
Correntes	3.151	(23.145)	(88.573)	(178.240)
Diferidos	21.118	(1.089)	86.366	93.304

(i) Em 31 de março de 2019, a Maxion Wheels USA LLC ("MW USA") efetuou a transferência de seus ativos de propriedade intelectual para a Maxion Wheels Holding GmbH ("Holding") a fim de atribuir a titularidade de tais ativos à pessoa jurídica que desenvolverá as atividades funcionais e concentrará os custos de desenvolvimento e de manutenção dos ativos em questão. A transferência entre as entidades foi efetuada a valor de mercado e gerou um ganho de capital no valor de US\$ 50,5 milhões para a MW USA, que foi integralmente compensado com o saldo de prejuízo fiscal dessa entidade. A diferença entre o valor fiscal e o valor contábil da contribuição dos ativos resultou no reconhecimento contábil de um ativo diferido de imposto de renda na entidade receptora, Holding, que, de acordo com as regras contábeis locais, será amortizado pelo prazo de quinze anos, a partir de 2019.

10. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

	31/12/2020	31/12/2019
Conselho de Administração e Diretoria Estatutária	14.110	19.086
Pessoal-chave da Administração (salários e benefícios)	93.615	65.676
Participação nos resultados pactuados no Brasil (bônus)	-	15.699
Participação nos resultados pactuados no exterior (bônus)	1.731	15.709

A Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada, no montante de R\$ 1.342 (R\$ 1.168 em 2019), em nome dos diretores estatutários e do pessoal-chave da Administração.

Os saldos das opções de compra de ações, bem como os respectivos preços de exercício dos planos outorgados aos diretores estatutários e ao pessoal-chave da Administração, estão descritos na nota explicativa nº 22.

Os saldos da provisão do plano de incentivo de longo prazo outorgados aos diretores estatutários e ao pessoal-chave da Administração, estão descritos na nota explicativa nº 23.

b) Transações com partes relacionadas

Foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, de suas controladas, coligadas e de seu negócio em conjunto operações de vendas de rodas e componentes estruturais. Tais transações possuem preços, prazos e condições de pagamento conforme condições estabelecidas entre as partes, assim como se fossem praticadas com outras entidades distintas. Os prazos para liquidação destas operações estão entre 30 a 45 dias, de acordo com as condições estabelecidas entre as partes, e as liquidações destas operações ocorrem em conformidade com as demais transações da Companhia. Tais operações incluem, entre outras, contratos de mútuo e concessão de avais em condições detalhadas a seguir:

b.1) Controladora

	31/12/2020		31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Contas a receber	Mútuo (i)	Fornecedores	Outras contas a pagar	Vendas	Compras
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. (i)	3.547	-	-	56.405	-
iochpe Holdings, LLC e controladas	39.642	-	-	138.943	616
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	3.853	-	-	15.284	2.988
Maxion Montich S.A.	17.450	-	107	34.509	-
Total	64.492	-	107	245.141	3.604

	31/12/2020		31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Contas a receber	Mútuo	Fornecedores	Outras contas a pagar	Vendas	Compras
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	417	4.897	-	29.249	-
iochpe-Maxion Austria GmbH (ii)	-	-	31.714	-	-
iochpe Holdings, LLC e controladas	18.985	-	-	138.675	-
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	-	2.256	-	2	8.110
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	663	-	-	13.756	-
Servicios Maxion Wheels Chihuahua, S. de R.L. de C.V.	30	-	-	-	-
Maxion Montich S.A.	16.923	-	-	37.618	-
Total	37.018	4.897	31.714	219.300	8.110

(i) Em 29 de maio de 2020, o montante proveniente de contrato de mútuo contra a AmstedMaxion foi recebido.

(ii) Em 2019, tal montante é referente ao aumento de capital a integralizar na controlada iochpe-Maxion Austria no valor de € 7.000 mil, conforme nota explicativa nº 11 b) item (i), tal aumento, aprovado em 20 de dezembro de 2019, foi parcialmente integralizado no montante de € 3.438. Em 31 de janeiro de 2020, a Companhia efetuou a redução de capital da parcela remanescente e pendente de integralização no montante de € 3.562.

b.2) Consolidado

	31/12/2020		31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Contas a receber	Mútuo (i)	Fornecedores	Outras contas a pagar	Vendas	Compras
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	3.547	-	-	56.405	-
Maxion Montich S.A.	17.450	-	-	107	34.509
Total	20.997	-	-	107	90.914

	31/12/2020		31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Contas a receber	Mútuo	Fornecedores	Outras contas a pagar	Vendas	Compras
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	417	4.897	-	29.249	-
DongFeng Maxion Wheels Limited	233	-	-	-	-
Maxion Montich S.A.	16.923	-	-	37.618	-
Total	17.573	4.897	-	66.867	-

(i) Em 29 de maio de 2020, o montante proveniente de contrato de mútuo contra a AmstedMaxion foi recebido.

c) Avais concedidos

A Companhia através de sua controladora, mantém os seguintes valores prestados como avais em operações mantidas por suas controladas e seus negócios em conjunto, referentes substancialmente aos empréstimos e financiamentos divulgados na nota explicativa nº 15:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Controladas				
Ingenieria y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.		267.604		296.408
iochpe Holdings, LLC e controladas		2.369.922		1.448.819
Negócios em conjunto				
Maxion Montich do Brasil Ltda.		11.312		24.960

d) Empréstimos intercompany

As controladas possuem empréstimos entre elas, conforme demonstrado abaixo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

		31/12/2019							
Numero de ações ou cotas (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do período	
									Iochepe-Maxion
Austria GmbH Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. Remon Resende Montadora Ltda. Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd. Maxion Montich S.A. Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. DongFeng Maxion Wheels Limited	-	100	98.009	22.636	328.585	75.373	-	66.891	(4.915)
90	100	1.893	886	90	1.007	-	2.673	591	
-	8,15	209.508	146.033	154.963	63.475	-	320.639	7.831	
2.813	50	161.726	144.171	4.487	17.498	57	212.512	(23.320)	
28.274.461	19,50	425.059	264.567	261.201	81.851	78.641	352.119	(33.147)	
-	50	70.710	1.920	68.322	34.395	34.395	-	470	

d) Detalhes sobre controladas que possuem participação de acionistas não controladores:

Nome da controlada	Principal atividade	País	Participação de não controladores	
			31/12/2020	31/12/2019
Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.	Fabricação e comercialização de rodas	Turquia	40%	40%
Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.	Fabricação e comercialização de rodas	Turquia	40%	40%
Kalyani Maxion Wheels Limited	Fabricação e comercialização de rodas	Índia	15%	15%

As demonstrações financeiras resumidas relativas a cada uma das controladas nas quais existem participações de acionistas não controladores estão apresentadas a seguir, antes das eliminações de transações entre as demais controladas da Companhia:

	Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.		Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.		Kalyani Maxion Wheels Limited	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Balancos patrimoniais						
Ativo circulante	665.790	373.749	278.694	168.819	184.832	90.949
Ativo não circulante	467.561	362.672	139.751	97.766	141.733	125.487
Total do ativo	1.133.351	736.421	418.445	266.585	326.565	216.436
Passivo circulante	468.812	220.923	183.899	85.051	167.346	73.278
Passivo não circulante	75.964	52.893	25.625	20.150	16.035	17.143
Patrimônio líquido	588.575	462.605	208.921	161.384	143.184	126.015
Total do passivo e patrimônio líquido	1.133.351	736.421	418.445	266.585	326.565	216.436
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	235.430	185.042	83.568	64.554	21.478	18.902
Demonstrações do resultado						
Receita líquida de vendas	1.234.734	1.210.152	448.153	358.545	223.169	273.792
Custo dos produtos vendidos	(991.971)	(955.619)	(355.600)	(282.104)	(223.816)	(260.266)
Lucro bruto	242.763	254.533	92.553	76.441	(647)	13.526
Despesas operacionais, liquidadas	(57.001)	(52.163)	(30.675)	(23.033)	(19.540)	(21.458)
Impostos sobre o lucro	(49.909)	(37.304)	(12.491)	(8.899)	5.323	8.933
Lucro líquido do exercício	135.853	165.066	49.387	44.509	(14.864)	1.001
Lucro líquido dos acionistas não controladores	54.341	66.026	19.755	17.804	(2.230)	150
Resumo do fluxo de caixa						
Operacional	224.000	22.620	72.013	204.999	39.523	80.106
Investimentos	(27.686)	(12.722)	(26.048)	(36.306)	(8.509)	(18.098)
Financiamentos	(17.389)	(16.126)	(5.512)	(164.203)	(19.764)	(58.422)
Varição cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	7.275	88	17.698	(4.541)	3.344	(680)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	186.200	(6.140)	58.151	(51)	14.594	2.906

Em março de 2020, foram destinados a títulos de dividendos obrigatórios para os acionistas não controladores os montantes de R\$ 73.655 e R\$ 25.888 nas controladas indiretas Maxion Inci Jant Sanayi, A.S. e Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S. respectivamente. O montante de R\$ 19.374 foi pago no 1º trimestre. A Turquia implementou uma proibição parcial e temporária do pagamento de dividendos aos acionistas até 31 de dezembro de 2020, considerando tal decisão, o pagamento do saldo remanescente foi efetuado apenas no dia 5 de janeiro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, não há indicativos de perda no valor contábil desses ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 4.

12. IMOBILIZADO									
a) Controladora									
	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento (i)	Peças de reposição de máquinas	Ferramentais		Outros	Total
						Ferramentais	Outros		
Saldo em 31 de dezembro de 2018	151.069	535.006	24.251	94.244	21.324	26.403	43.885	896.182	
Adições	22	5.056	-	55.661	10.060	-	29.283	100.082	
Baixas líquidas	-	(4.467)	-	-	(7.051)	-	(67)	(11.585)	
Depreciação	(7.679)	(39.117)	-	(1.688)	(3.354)	(5.995)	(57.831)	(77.548)	
Transferências	23.541	37.313	2.201	(39.024)	1.689	(23)	(24.409)	1.288	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	166.953	533.791	26.452	110.881	24.336	23.026	42.697	928.136	
Adições	-	253	-	58.986	1.356	-	16.316	76.911	
Baixas líquidas	-	(5.105)	-	-	(2.632)	(10)	(3.140)	(10.887)	
Depreciação	(8.367)	(37.365)	-	(1.705)	(1.095)	(8.236)	(56.768)	(76.266)	
Transferências	25.212	412	-	(22.676)	5	(14.082)	10.169	(960)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	183.798	491.986	26.452	147.191	21.360	7.839	57.806	936.432	
Em 31 de dezembro de 2019	274.877	1.074.291	26.452	110.881	29.651	82.831	111.705	1.710.688	
Custo	(107.924)	(540.500)	-	-	(5.315)	(59.805)	(69.008)	(782.552)	
Saldo contábil líquido	166.953	533.791	26.452	110.881	24.336	23.026	42.697	928.136	
Em 31 de dezembro de 2020	307.996	1.040.401	26.452	147.191	27.711	20.457	187.951	1.758.159	
Depreciação acumulada	(124.198)	(548.415)	-	-	(6.351)	(12.618)	(130.145)	(821.727)	
Saldo contábil líquido	183.798	491.986	26.452	147.191	21.360	7.839	57.806	936.432	

b) Consolidado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento (ii)	Peças de reposição de máquinas	Ferramentais		Outros	Total
						Ferramentais	Outros		
Saldo em 31 de dezembro de 2018	604.726	1.869.937	274.993	380.439	73.814	58.024	136.392	3.398.325	
Adições	1.550	49.493	-	377.987	26.442	18.980	33.318	507.770	
Baixas líquidas	(401)	(10.259)	-	(3.668)	(7.888)	(1.978)	(796)	(24.990)	
Depreciação	(35.073)	(273.585)	-	(19.553)	(21.747)	(17.970)	(367.928)	(726.836)	
Transferências	113.953	325.494	20.997	(421.405)	2.949	25.671	(66.432)	1.227	
Varição cambial	13.120	37.913	6.407	14.579	971	1.801	1.552	76.343	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	697.875	1.998.993	302.397	347.932	76.735	80.751	86.064	3.590.747	
Adições (iii)	2.521	11.228	-	286.506	16.770	10.673	27.978	355.676	
Baixas líquidas	(502)	(48.607)	(309)	(1.123)	(2.870)	(8)	(7.479)	(60.898)	
Redução ao valor recuperável (v)	-	(24.868)	-	-	-	-	-	(24.868)	
Depreciação	(45.436)	(357.732)	-	(26.957)	(36.495)	(25.637)	(492.257)	(925.277)	
Transferências (iv)	74.631	290.080	382	(387.080)	7.951	3.281	9.905	(850)	
Varição cambial	17.680	483.479	84.813	65.728	16.509	22.610	19.395	870.214	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	906.769	2.352.573	387.283	311.963	88.138	80.812	110.226	4.237.764	
Em 31 de dezembro de 2019	1.126.184	4.552.871	302.397	347.932	144.714	291.279	261.277	7.026.654	
Depreciação acumulada	(428.309)	(2.553.878)	-	-	(67.979)	(210.528)	(175.213)	(3.435.907)	
Saldo contábil líquido	697.875	1.998.993	302.397	347.932	76.735	80.751	86.064	3.590.747	

(i) Em 31 de dezembro de 2020, são compostas por: (1) edificações, no montante de R\$ 2.206 (R\$ 2.282 em 31 de dezembro de 2019); (2) máquinas e equipamentos, no montante de R\$ 134.503 (R\$ 102.330 em 31 de dezembro de 2019); e (3) outros ativos, no montante de R\$ 10.482 (R\$ 6.269 em 31 de dezembro de 2019), referentes à unidade de Cruzeiro.

(ii) Em 31 de dezembro de 2020, são compostas por: (1) edificações, no montante de R\$ 6.422 (R\$ 3.156 em 31 de dezembro de 2019); (2) máquinas e equipamentos, no montante de R\$ 285.973 (R\$ 323.630 em 31 de dezembro de 2019); e (3) outros ativos, no montante de R\$ 19.568 (R\$ 21.145 em 31 de dezembro de 2019), referentes às unidades de Cruzeiro, México, Turquia e Índia.

(iii) Do total de adições no período, a maior parte das aplicações de recursos foi realizada pelas unidades de México, Turquia, Cruzeiro, República Tcheca e Índia nos montantes de R\$ 81.008, R\$ 61.848 e R\$ 47.406, R\$ 29.958 e R\$ 28.470, respectivamente.

(iv) Em 2020, contemplam transferências realizadas entre as rubricas "Ativo imobilizado" e "Intangível" no valor de R\$ 850.

(v) O teste de recuperabilidade dos ativos das subsidiárias Maxion Wheels Akron LLC e Maxion Wheels do Brasil resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos montantes de R\$ 21.826 e R\$ 3.042, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2020, não há indicativos de perda no valor contábil desses ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 4.

13. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

	Relacionamento com clientes	Software	Direito de uso do terreno	Marca (iii)	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	100.376	35.044	5.890	94.933	2.827	239.070
Adições	-	22.687	-	-	1.874	24.561
Baixas líquidas	-	(783)	-	-	(8)	(791)
Amortização	(7.811)	(5.573)	(153)	-	(1.843)	(15.380)
Transferências	-	338	-	21	(21)	338
Varição cambial	3.869	(184)	159	3.819	27	7.690
Saldo em 31 de dezembro de 2019	96.434	51.529	5.896	98.773	2.856	255.488
Adições (i)	-	18.601	-	-	-	18.601
Baixas líquidas	-	(60)	-	-	-	(60)
Amortização	(10.209)	(5.254)	(201)	(7.856)	(601)	(24.121)
Transferências (ii)	-	1.229	-	174	(553)	850
Varição cambial	27.817	6.624	2.182	28.526	717	60.866
Saldo em 31 de dezembro de 2020	114.042	67.669	7.877	119.617	2.419	311.624

	Relacionamento com clientes	Software	Direito de uso do terreno	Marca (iii)	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2019						
Custo	159.615	83.398	7.775	98.773	51.298	400.859
Amortização acumulada	(63.181)	(31.869)	(1.879)	-	(48.442)	(145.371)
Saldo contábil líquido	96.434	51.529	5.896	98.773	2.856	255.488
Em 31 de dezembro de 2020						
Custo	205.790	105.950	10.669	130.603	69.951	522.963
Amortização acumulada	(91.748)	(38.281)	(2.792)	(10.986)	(67.532)	(211.339)
Saldo contábil líquido	114.042	67.669	7.877	119.617	2.419	311.624

Ágio na aquisição de controladas

	Iochepe Holdings, LLC	Ingenieria y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.	Meritor Comércio e Indústria de Sistemas Automotivos Ltda.	Iochepe Sistemas Automotivos de México S.A. de C.V.	Total
Transferências	-	-	-	-	-
Varição cambial	40.402	16.142	-	-	93
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.044.568	417.397	20.292	-	2.390
Varição cambial	302.172	120.746	-	-	691
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.346.740	538.143	20.292	-	3.081

(i) Em 31 de dezembro de 2020, as adições efetuadas no exercício são principalmente referentes ao sistema SAP.

(ii) Transferências realizadas entre as rubricas "Ativo imobilizado" e "Intangível" (vide nota explicativa nº 12. b) item (iv)).

(iii) Em 31 de dezembro de 2019, a marca Hayes Lemmerz classificada como vida útil indefinida quando na sua aquisição foi revisada. Portanto, a Administração da Companhia sustentada pelo seu plano de negócios entendeu que a referida marca será utilizada pelos próximos 14 anos, e então substituída definitivamente pela marca Maxion. Conseqüentemente, a Companhia alterou a vida útil dessa marca de vida útil indefinida para vida útil definida com amortização sistemática ao longo de 14 anos. De acordo com a IAS 8, a mudança na vida útil estimada de uma mudança real nas operações comerciais deve ser contabilizada como uma alteração nas estimativas. A correção foi realizada prospectivamente a partir do período em que a mudança na estimativa ocorreu. A utilização esperada para a referida marca registrada, deve ser consistente ao longo da vida útil remanescente. Portanto, presume-se que a depreciação linear reflita o seu melhor uso.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou testes de recuperabilidade dos saldos dos ágios demonstrados na tabela anterior. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de desconto. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Companhia, bem como em dados comparáveis de mercado, e representam a melhor estimativa da

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

- (iv) Operação de cessão de crédito ("forfaiting"), contratado com os bancos: Daycoval, Santander e Votorantim, com taxas de juros de 5,77% ao ano. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo é de R\$ 184.141.
- (v) Representa o valor nominal de US\$ 48.720 mil decorrente de empréstimo captado por meio da controlada indireta Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V. ("Inmagusa") com o Itaú BBA International PLC, cujo prazo de vencimento final previsto é 27 de novembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2020, representa o saldo no consolidado de R\$ 235.751. Esse empréstimo possui obrigações contratuais conforme descritas na seção "Covenants".
- (vi) Em maio de 2020, a controlada indireta Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V. ("Inmagusa"), contratou empréstimo de capital de giro, com prazo de 1 ano, no valor de USD 6.090 mil, com taxa de 6,60% a.a. acrescido de LIBOR de seis meses. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo é de R\$ 31.853.
- (vii) A controlada Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V., captou empréstimo de capital de Giro em US\$ no valor total de principal de US\$ 41.000 mil, junto dois bancos no exterior. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo desse empréstimo no consolidado é de R\$ 214.485 (R\$ 165.821 em 31 de dezembro de 2019).
- (viii) Em 25 de fevereiro de 2019, as controladas indiretas Maxion Wheels Holding GmbH, Maxion Wheels Czech s.r.o. e a controlada direta Iochpe-Maxion Austria GmbH captaram empréstimo sindicalizado, envolvendo nove bancos, no montante de €200.000 mil com taxa de 2,75% + Euribor de 3 meses, com vencimento para fevereiro de 2024, com dois anos de carência, e os recursos destinados para pagamento de empréstimos de curto-prazo da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo desse empréstimo é de R\$ 1.246.613. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desse empréstimo é de R\$ 897.916. Esse empréstimo possui obrigações contratuais conforme descritas na seção "Covenants".
- (ix) Em setembro de 2018, a controlada indireta Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. contratou empréstimo de longo prazo e capital de giro em rupia com taxa de MCLR ("Marginal Cost of Funds Based Lending Rate") + 0,15% a.a., sendo o saldo em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 212.290. Os recursos deste empréstimo destinam-se ao financiamento dos investimentos da nova planta de rodas de alumínio na Índia. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desse empréstimo é de R\$ 123.248.
- (x) Em julho de 2020, a controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH contratou empréstimo de capital de giro, no montante de €55.000 mil com taxa de 4,65% a.a., e vencimento em 2 de julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo desse empréstimo no consolidado é R\$ 359.031. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desse empréstimo é de R\$ 249.355.
- (xi) Em fevereiro de 2020 e abril de 2020 a controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH contratou empréstimo de capital de giro, no montante de €8.000 mil e €24.000 mil com vencimento para fevereiro de 2021 e janeiro de 2022, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo destes empréstimos é R\$ 205.475.
- (xii) Em maio de 2020 a controlada indireta Maxion Wheels Espanha S.L. contratou empréstimo de capital de giro no montante de €6.500 mil, com vencimento mensal, iniciando em junho de 2021 e encerrando em maio de 2025. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo deste empréstimo é R\$ 41.456. O valor remanescente de R\$ 5.053 se refere empréstimo captado em julho de 2011 com vencimento final em janeiro de 2027.
- (xiii) Em agosto de 2020, a controlada indireta Maxion Wheels Italia S.r.l., contratou empréstimo de capital de giro no montante de €5.000 mil, com vencimento trimestral, iniciando em fevereiro de 2021 e encerrando em agosto de 2025. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo deste empréstimo é R\$ 31.890.
- (xiv) Em setembro e outubro de 2020, a controlada indireta Maxion Wheels Czech s.r.o., contratou empréstimos de capital de giro no montante de €10.000 mil e €10.000 mil respectivamente, com vencimento para janeiro de 2022. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo destes empréstimos é R\$ 126.725.

No primeiro trimestre de 2020, a Companhia e suas subsidiárias captaram R\$ 672.000 para reforçar o seu caixa a fim de fazer frente às intempéries da COVID-19. Essas captações possuem vencimentos entre março e junho de 2021, com juros médio ponderados de CDI + 3% a.a., sem garantia e sem covenants. O total dessas captações está dividido entre Nota de Crédito à Exportação R\$ 270.000, Cédula de Crédito Bancário R\$ 302.000 e Nota Promissória R\$ 100.000 com os bancos Santander (Brasil), Commerzbank Brasil, Bradesco, Banco do Brasil e Itaú Unibanco.

No segundo trimestre de 2020, a Companhia e suas subsidiárias captaram aproximadamente R\$ 490.000, em linha com a estratégia citada acima. Essas captações possuem vencimentos entre março e junho de 2021, com juros médio ponderados de 4,4% a.a., sem garantia e sem covenants. O total dessas captações está dividido entre Nota de Crédito à Exportação R\$ 150.000, Capital de Giro R\$ 278.000, Operações com Forfait R\$ 24.000 e Empréstimo de Longo Prazo R\$ 38.000, com os bancos Santander (Brasil), Santander (Espanha), Commerzbank (Áustria), Banco do Brasil, Banco ABC Brasil e Caixa Econômica Federal.

Em 29 de dezembro de 2020, a Companhia assinou contrato referente a cédula de crédito bancário - CCB no valor de R\$ 75.000, em favor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG. Esta nova linha possui 24 meses de carência e 7 anos para pagamento, até a data de publicação destas demonstrações financeiras, esta linha de crédito não foi sacada.

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	648.155	2.813.705
Captações	933.014	2.576.517
Provisão de juros e variação cambial	74.312	188.959
Amortização do principal	(315.417)	(2.387.914)
Pagamento de juros	(61.474)	(169.672)
Custo a amortizar	(10.262)	(22.701)
Variação cambial na conversão	-	62.689
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.268.328	3.061.583
Captações	947.000	2.462.923
Provisão de juros e variação cambial	91.614	197.763
Amortização do principal	(74.891)	(1.269.204)
Pagamento de juros	(79.237)	(158.702)
Custo a amortizar	(22.066)	(48.715)
Variação cambial na conversão	-	690.600
Reclassificação operação "forfaiting"	184.141	184.141
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.314.889	5.120.389

Em 31 de dezembro de 2020, as parcelas registradas no passivo não circulante possuem os seguintes prazos de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2022	223.706	1.129.120
2023	560.369	1.101.147
2024	338.083	855.719
2025	54.495	70.899
2026	54.495	55.217
2027 em diante	-	723
Total	1.231.148	3.212.825

Os empréstimos de capital de giro denominados em moeda estrangeira mantidos pelas controladas do exterior são garantidos por avais da Companhia, no valor líquido de R\$ 1.009.893 (R\$ 511.869 em 31 de dezembro de 2019).

Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia são: (i) debêntures simples de 8ª emissão - ICVM nº 476; nominativas e escriturais de espécie quirográfica, em série única, (ii) debêntures simples de 9ª emissão - ICVM nº 476; nominativas e escriturais de espécie quirográfica, em duas séries; e (iii) debêntures simples de 10ª emissão - ICVM nº 476; nominativas e escriturais de espécie quirográfica, em série única, e suas emissões foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração.

As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizado em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição, tendo amortização de juros semestral. Os detalhes são como segue:

Debêntures	Categoria	Principal na data de emissão	Data de emissão	Vencimento final	Encargos financeiros	Valor em 31/12/2020
8ª emissão	Simple	450.000	26/03/2018	26/03/2023	100% CDI + 1,40% a.a.	443.310
9ª emissão - 1ª série	Simple	338.800	11/02/2019	14/02/2024	100% CDI + 0,75% a.a.	332.634
9ª emissão - 2ª série	Simple	111.200	11/02/2019	11/02/2026	100% CDI + 0,95% a.a.	109.216
10ª emissão	Simple	350.000	16/09/2019	16/09/2024	100% CDI + 0,75% a.a.	344.518

8ª Emissão - debêntures simples - ICVM nº 476

As debêntures terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses e nos termos previstos na Escritura. Sobre o saldo devedor do valor nominal da 8ª emissão de debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada do CDI acrescido de 1,40% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as obrigações descritas na seção "Covenants".

9ª Emissão - debêntures simples - ICVM nº 476

Em 11 de fevereiro de 2019, a Companhia concretizou a 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações (ICVM nº 476), no valor total de R\$ 450.000, distribuídas em duas séries, sendo a primeira série no valor total de R\$ 338.800 com prazo de vencimento de cinco anos, vencendo-se em 11 de fevereiro de 2024, e fazendo jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais equivalentes a 100% CDI + 0,75% ao ano, base 252 dias úteis, e a segunda série no valor total de R\$ 111.200 com prazo de vencimento de sete anos, vencendo-se em 11 de fevereiro de 2026, e fazendo jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais equivalentes a 100% CDI + 0,95% ao ano, base 252 dias úteis. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as obrigações descritas na seção "Covenants".

10ª Emissão - debêntures simples - ICVM nº 476

Em 16 de setembro de 2019, a Companhia concretizou a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações (ICVM nº 476), no valor total de R\$ 350.000, de série única, com prazo de vencimento em 16 de setembro de 2024, fazendo jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais equivalentes a 100% CDI + 0,75% ao ano, base 252 dias úteis. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as obrigações descritas na seção "Covenants".

Covenants

Em 26 de junho de 2020, a Companhia nos termos do disposto no artigo 157, 542 da Lei nº 6.404/76 e na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358/02, informou aos seus acionistas e ao mercado, em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 09 de junho de 2020, que os titulares das debêntures da oitava, nona e décima emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, da Companhia, aprovaram, naquela data, a concessão de renúncia e perdão prévios para a eventual não observância pela Companhia do índice financeiro em 30 de junho e 31 de dezembro de 2020 previsto nas escrituras das respectivas emissões, sem que haja a configuração de evento de inadimplemento nos termos das respectivas escrituras de emissão, com a observância de certas condições resolutivas, nos termos do artigo 127 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil), conforme indicado nas atas das respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas disponíveis que se encontram nas páginas da Companhia (<http://www.iochpe.com.br>).

Conseqüentemente, (a) a Companhia, (b) as controladas da Companhia tomadoras de empréstimo sindicalizado na Europa, e (c) a Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V., controlada da Companhia no México, obtiveram, respectivamente, dos (i) debenturistas da oitava, nona e décima emissões de debêntures da Companhia, cujo valor de principal, agregado, é de R\$ 1.250.000, (ii) dos credores de empréstimo sindicalizado na Europa, cujo valor de principal é de EUR\$ 200 milhões, e (iii) de instituição financeira credora empréstimo bancário, cujo valor de principal é USD\$ 48,7 milhões, a concessão de renúncia e perdão prévios para a eventual não observância, pela Companhia, de índice financeiro (resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado) constante dos respectivos instrumentos de dívida.

A renúncia e perdão prévios foram obtidos para os períodos de medição do índice financeiro finds em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2020, sob determinadas condições resolutivas, destacando-se (i) o pagamento de vantagem adicional (prémio); (ii) a obrigação de observância, conforme o caso, de índice de liquidez pela Companhia (resultante da divisão do caixa e equivalentes de caixa pela dívida de curto prazo (empréstimos e financiamentos de curto prazo)), equivalente a 0,5 vez em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2020; e (iii) a obrigação de não oeração de ativos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
No País	183.049	141.818	194.509	149.658
No exterior	5.175	2.164	1.268.978	977.163
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10.b)	107	2.256	107	-
Total	188.331	146.238	1.463.594	1.126.821

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda de controladas no exterior	-	-	33.222	47.587
ICMS	1.626	2.249	2.809	2.461
IPI	899	484	900	484
Cofins	219	415	225	436
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	5.821	4.320	13.617	4.538
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre a receita bruta	463	116	464	116
Outras	184	876	3.044	3.726
IVA - controladas no exterior:				
México	-	-	33.300	30.962
Outros países	-	-	3.287	30.750
Total	9.212	8.460	90.868	121.060

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários	2.257	2.696	112.702	72.133
Encargos sociais	22.951	18.292	72.062	48.861
Férias	46.696	49.726	82.249	83.076
Participação nos resultados	7.729	40.325	51.619	118.018
Total	79.633	111.039	318.632	322.088

19. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões fiscais e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas pendentes e constituiu provisões em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com os processos em curso, que são apresentadas a seguir juntamente com as movimentações durante o exercício:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2018	15.133	34.888	12.003	62.024	39.767	51.393	13.990	105.150
Adições	4.865	3.029	427	8.321	15.607	5.856	453	21.916
Pagamentos	(5.675)	(1.211)	(3.847)	(10.733)	(12.495)	(2.247)	(3.992)	(18.734)
Reversões	(3.744)	(6.198)	(4.555)	(14.497)	(6.208)	(6.362)	(29.641)	(42.211)
Atualizações	1.225	1.208	503	2.936	2.765	1.500	503	4.768
Variação cambial	-	-	-	-	55	300	(61)	294
Saldo em 31/12/2019	11.804	31.716	4.531	48.051	28.628	50.594	4.531	83.753
Adições (i) (ii)	2.752	15.172	25	17.949	11.427	17.419	25	28.871
Pagamentos	(4.237)	-	(35)	(4.272)	(9.387)	(20.002)	(35)	(29.424)
Reversões	(1.355)	(2.813)	(23)	(4.191)	(12.030)	(5.482)	(23)	(17.535)
Atualizações	848	4.033	256	5.137	1.746	5.128	256	7.130
Variação cambial	-	-	-	-	833	5.795	-	6.628
Saldo em 31/12/2020	9.812	48.108	4.754	62.674	21.217	53.452	4.754	79.423

(i) Na controladora, pleiteia-se judicialmente a inconstitucionalidade da contribuição social sobre o terço de férias. As decisões dos tribunais proferidas até então, eram favoráveis aos contribuintes, razão pela qual a probabilidade de perda desta ação era classificada como perda remota até o segundo trimestre de 2020. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela constitucionalidade desta contribuição com o entendimento de que se trata de complemento à remuneração, recebido em certa periodicidade. Baseado nesta decisão, a probabilidade de perda foi alterada para provável, com isto, foi constituída a provisão tributária correspondente, no montante de R\$ 13.948, incluindo atualizações.

(ii) No consolidado, a impugnação ao AIRM nº 4.056.725-4, de natureza tributária e que versa sobre a glosa de créditos de ICMS referente ao período de junho de 2013 a janeiro de 2014, obtinha prognóstico de perda possível, tendo em vista que, em que pese o questionamento pelas autoridades fiscais sobre a forma de recolhimento do imposto, em fase de diligência foi constatado o regular oferecimento à tributação pelo fornecedor. No entanto, foi negado o recurso ordinário apresentado pela Companhia, tendo esta ingressado com a competente ação anulatória para discutir o débito. Assim, a classificação quanto à perda foi alterada de possível para provável, sendo necessário a constituição da provisão tributária no montante de R\$ 3.135, incluindo atualizações.

A seguir estão resumidas as descrições dos principais processos com chance de perda provável ou possível em que a Companhia e suas controladas figuram como parte, de acordo com a sua natureza.

Processos de natureza trabalhista

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em processos de natureza trabalhista. Os principais temas abordados versam, dentre outros, sobre adicionais de periculosidade e insalubridade, reconhecimento de garantias de emprego, ações movidas contra terceiros/prestadores de serviços que visam a condenação solidária/subsidiária da Companhia e/ou de suas controladas, e ações indenizatórias decorrentes de acidentes de trabalho típicos ou de doenças profissionais e ocupacionais, não existindo, no entanto, processos com valores de risco de perda individualmente relevantes.

Na controladora, o montante total discutido nos processos com chance de perda provável e possível é de R\$ 59.014 (R\$ 65.946 em 31 de dezembro de 2019), para o qual foi constituída provisão no valor de R\$ 9.812 (R\$ 11.804 em 31 de dezembro de 2019), representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

No consolidado, o montante total discutido nos processos com chance de perda provável e possível é de R\$ 178.352 (R\$ 197.052 em 31 de dezembro de 2019), para o qual foi constituída provisão no valor de R\$ 21.217 (R\$ 28.628 em 31 de dezembro de 2019), representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

Adicionalmente, a Companhia figura como parte em ação coletiva movida pelo sindicato que representa os trabalhadores das duas unidades da Companhia localizadas em Limeira, SP, tendo por pedido a condenação da Companhia (i) ao pagamento de adicionais de periculosidade e/ou insalubridade, com reflexos trabalhistas, fiscais, previdenciários e fundiários, para empregados em determinadas funções, pelos últimos cinco anos; (ii) inscrição em folha de pagamento dos referidos adicionais para tais empregados no futuro; e (iii) honorários advocatícios sobre o valor da condenação. A ação coletiva é classificada como perda possível e está em fase inicial de instrução, não sendo possível estimar de maneira confiável o valor do passivo contingente.

Processos de natureza tributária

A seguir estão indicados os montantes provisionados referentes aos processos de natureza tributária em que a Companhia e suas controladas são partes e cuja chance de perda foi avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PIS/Cofins (a)	9.236	7.055	10.654	8.305
INSS (b)	29.345	15.201	29.345	15.201
IPI (c)	4.490	4.435	4.490	4.435
IR - "Corporate Income Tax" (d)	-	-	-	14.465
FGTS (e)	3.964	4.047	4.557	4.640
Outros	1.073	978	4.406	3.548
Total	48.108	31.716	53.452	50.594

Na controladora e no consolidado, os montantes provisionados referem-se principalmente a:

- (a) Discussão judicial relativa ao afastamento do PIS/Cofins sobre receitas financeiras.
- (b) Discussão judicial relativa ao afastamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP no cálculo do Seguro de Acidente do Trabalho - SAT e à inconstitucionalidade da contribuição social sobre o terço de férias.
- (c) Discussão judicial para anulação de débito de IPI relativo a um processo administrativo de responsabilidade da Companhia.
- (d) Procedimento de fiscalização sobre imposto de renda e outros tributos conduzida por autoridades fiscais da Alemanha, envolvendo as controladas indiretas da Companhia nesse país, relativa ao período compreendido entre 2009 e 2011, na qual se questionavam: (i) o montante de juros deduzidos fiscalmente relativos à nota promissória intragrupo; e (ii) o valor de avaliação de certos direitos que foram capitalizados na controlada em 2011. Houve um acordo com as autoridades fiscais alemãs, em dezembro de 2020, o montante de R\$ 8.554 foi pago e o valor residual foi reclassificado para "outras obrigações" e foi liquidado em janeiro de 2021.
- (e) Discussão judicial relativa ao afastamento do adicional de 10% incidente sobre os depósitos efetuados pela Companhia a título de FGTS.

Processos de natureza cível

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, na controladora e no consolidado, figurava como parte em processos de natureza cível que envolvem contingência passiva; desses processos, o montante total de R\$ 4.754 (R\$ 4.531 em 31 de dezembro de 2019)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Valor justo dos ativos do plano	31/12/2020					31/12/2019				
	Plano de benefício definido			Outros planos	Total	Plano de benefício definido			Outros planos	Total
	Alemanha	Espanha	México			Alemanha	Espanha	México		
Ativos do plano no início do exercício	23.544	19.376	1.227	5.510	49.657	1.592	19.072	1.058	4.917	26.639
Receita financeira	234	174	96	420	924	23	271	96	361	751
Contribuições pagas aos planos	37.962	1.889	-	4.485	44.336	24.457	34	-	3.910	28.401
Benefícios pagos pelos planos	(31.612)	(2.948)	-	(4.835)	(39.395)	(25.056)	(1.756)	-	(3.856)	(30.668)
Retorno esperado dos ativos dos planos	4.388	1.139	(43)	12	5.496	33	1.326	(17)	11	1.353
Variação cambial da conversão das demonstrações financeiras	10.522	7.921	279	1.436	20.158	565	429	90	167	1.251
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	45.038	27.551	1.559	7.028	81.176	1.614	19.376	1.227	5.510	27.727
Total do passivo não circulante	(578.698)	(11.158)	(9.349)	(102.724)	(701.929)	(420.468)	(9.010)	(6.266)	(80.188)	(515.932)

Custo líquido do benefício	31/12/2020					31/12/2019				
	Plano de benefício definido			Outros planos	Total	Plano de benefício definido			Outros planos	Total
	Alemanha	Espanha	México			Alemanha	Espanha	México		
Custo do serviço	(9.190)	(301)	(550)	(8.247)	(18.288)	(1.815)	(195)	(361)	(8.446)	(10.817)
Custo financeiro	(3.944)	(248)	(593)	(6.478)	(11.263)	(5.816)	(374)	(444)	(6.279)	(12.913)
Custo líquido do benefício	(13.134)	(549)	(1.143)	(14.725)	(29.551)	(7.631)	(569)	(805)	(14.725)	(23.730)

As premissas atuariais utilizadas para determinar o cálculo do custo e das obrigações foram as seguintes:

Média ponderada das premissas utilizadas	Pensão	Outros planos
Taxa de desconto - internacional	1,63%	6,49%
Taxa de aumento de salário - internacional	3,05%	5,00%
Taxa de aumento de inflação - internacional	2,25%	3,66%

A taxa de desconto foi calculada usando taxas de juros pontuais com aumento de meio ponto percentual para cada um dos próximos 30 anos e foi desenvolvida com base na informação de preço e rendimento para empresas de primeira linha, com prazo de vencimento entre 12 meses e 30 anos.

Análise de sensibilidade das obrigações

Em 31 de dezembro de 2020, mudanças nas taxas de desconto utilizadas para valorizar as obrigações de benefícios gerariam os seguintes impactos nas obrigações do plano de benefício definido e na duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos), conforme a seguir:

Cenário considerando uma redução na taxa de 50 "basis point" a:	Pensão	Outros planos
Aumento na obrigação de benefício definido	0,01%	6,73%
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)	41.534	7.971
Cenário considerando um aumento na taxa de 50 "basis point" a:		
Redução na obrigação de benefício definido	0,99%	7,73%
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)	38.933	7.398
	12	15

Para desenvolver a premissa da expectativa de taxa de retorno de longo prazo dos ativos, foram considerados o retorno histórico e as expectativas futuras de retorno para cada classe de ativo, bem como o objetivo de alocação dos ativos do portfólio do plano de pensão.

Contribuições pagas aos planos

Em 2020, a controlada indireta Maxion Wheels contribuiu aos planos de benefício definido com R\$ 39.851 (R\$ 24.491 em 31 de dezembro de 2019).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 1.576.954.290,05 (um bilhão, quinhentos e setenta e seis milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e noventa reais e cinco centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 153.719.601 (cento e cinquenta e três milhões, setecentas e noventa e nove mil, seiscentas e uma) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

De acordo com o estatuto social, a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, pode aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 82.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante emissão de novas ações ordinárias, sendo que, deste limite total, 58.856.229 ações já foram emitidas, restando passível de emissão o montante de 23.143.771 ações.

A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opções de compra de ações de sua emissão a seus administradores, colaboradores, colaboradores ou pessoas físicas que prestem serviços à Companhia, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva estatutária de investimento e de capital de giro

Tem por finalidade assegurar investimentos produtivos e acréscimo do capital de giro, até mesmo mediante amortização de dívidas da Companhia, bem como capitalização e financiamento de controladas e negócios em conjunto. Será formada com parcela anual de, no mínimo, 10% e, no máximo, 58% do lucro líquido, que terá como limite máximo o importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

Em 31 de dezembro de 2020, houve absorção do prejuízo do exercício pela reserva estatutária.

c) Destinação do lucro líquido

O prejuízo líquido do exercício, apurado em conformidade com os termos do artigo 191 da Lei nº 6.404/76, será integralmente absorvido pelas reservas de lucros mediante redução da reserva estatutária de investimentos e de capital de giro.

Em contrapartida, na apuração de lucro líquido, sua destinação obedece as seguintes diretrizes: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) 37% para a distribuição, como dividendos obrigatórios; e (iii) o restante que não for apropriado à reserva estatutária de investimento e de capital de giro ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(454.132)	337.435
Realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos	6.171	5.327
Total a distribuir	(447.961)	342.762
Destinação do lucro (prejuízo):		
(-) Reserva legal (5%)	-	(17.138)
(-)/(+) Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro (58%)	447.961	(198.802)
(-) Dividendos obrigatórios	-	(101.191)
(-) Juros sobre o capital imputados aos dividendos obrigatórios	-	(25.631)

d) Opções outorgadas reconhecidas

Pagamentos baseados em ações: referem-se ao resultado registrado com o plano de opções de compra de ações dos planos 2015 e 2014, deduzidas do exercício das opções elegíveis. Em 31 de dezembro de 2020, o total de opções canceladas é de 15.522 (15.499 opções em 31 de dezembro de 2019).

e) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 1.349.827 ações ordinárias destinadas ao atendimento dos planos de outorga de opções no montante de R\$ 28.894 (1.355.089 ordinárias no montante de R\$ 28.920 em 31 de dezembro de 2019), como compromisso de plano de opções de compra de ações e programa de incentivo de longo prazo.

O valor de mercado dessas ações ordinárias mantidas em tesouraria correspondia ao total de R\$ 20.922, representado pela cotação de 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 15,50 por ação.

f) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituído em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado (custo atribuído), com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes à época da adoção inicial dos CPCs e IFRS. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante e estão sendo realizados por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários. A "outros resultados abrangentes" é alocada variação cambial sobre investimentos no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda funcional da Companhia.

g) Reserva legal

Constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social.

h) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2020, constitui com os efeitos de correção do balanço em virtude de investimento efetuado na Argentina, decorrente de economia hiperinflacionária, e ágio decorrente da aquisição de participação de minoritários.

22. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

A Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 1º de dezembro de 2009, aprovou o plano de outorga de opções de compra de ações para administradores da Companhia, estando as condições individuais de cada beneficiário descritas nesse plano.

O beneficiário deverá ter destinado parte da gratificação anual paga pela Companhia, a título de participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes ("participação nos resultados"), a fim de adquirir, em Bolsa de valores, ações de emissão da Companhia ("ações próprias"). Para tais fins, o beneficiário deverá destinar a participação nos resultados, a fim de comprometê-lo nos percentuais definidos de 75%, 50% ou 25%. O percentual eleito pelo beneficiário para aquisição de ações próprias determinará o número de opções que o beneficiário terá direito a exercer. Caso o beneficiário deixe de destinar qualquer percentual da participação nos resultados à aquisição de ações próprias, não lhe será outorgada nenhuma opção.

O percentual de comprometimento da participação nos resultados para aquisição de ações próprias deverá ser definido e, consequentemente, comprovado pelo beneficiário à Companhia, mediante a apresentação da respectiva nota de corretagem até cinco dias após o fim do prazo para aquisição de ações próprias. O prazo para aquisição de ações próprias terá início no dia subsequente ao dia em que a Companhia informar aos beneficiários o preço de exercício e terá a duração de 15 dias corridos. Decorrido o prazo estabelecido, o Conselho definirá o número de opções outorgadas a cada beneficiário, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

O = (B*M)/P
 O = número de opções outorgadas ao beneficiário.
 B = valor, em reais, da participação nos resultados destinado pelo beneficiário à aquisição de ações próprias.
 M = múltiplo sobre o valor da participação nos resultados destinado à aquisição de ações próprias, definido conforme as especificações a seguir.
 P = preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da BM&FBOVESPA, imediatamente subsequentes ao término do prazo.

O múltiplo "M" mencionado anteriormente terá um valor numérico fixo para cada beneficiário, que será o seguinte:

- a) Se o beneficiário tiver destinado 75% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, "M" será equivalente a 2,0.
- b) Se o beneficiário tiver destinado 50% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, "M" será equivalente a 1,5.
- c) Se o beneficiário tiver destinado 25% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, "M" será equivalente a 1,0.

A Companhia celebrará com o beneficiário, na data da definição das outorgas, o respectivo Contrato de Outorga de Opção de Ações, disciplinando os termos e as condições da outorga.

O preço de exercício das opções será equivalente ao preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da BM&FBOVESPA imediatamente antecedentes ao início do prazo de aquisição das ações próprias.

O preço de exercício das opções será corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE, desde a data de início de cada programa até a data de exercício das respectivas opções.

Exercício das opções - as opções serão divididas em três lotes anuais iguais, em termos de quantidade de opções, exercíveis, respectivamente, em dois, três e quatro anos contados da data de cada programa. Terminado o correspondente prazo de carência, cada lote anual poderá ser exercido, total ou parcialmente, em uma única ou em diversas ocasiões, e a qualquer tempo, pelo prazo final e extintivo de três anos, mediante notificação à Companhia, a cada exercício, com prazo de antecedência de dez dias. Após o decurso desse prazo, o beneficiário perderá o direito ao exercício das opções do lote anual correspondente, sem direito à indenização.

Nos programas de compra de ações de 2014, foram outorgadas 27.581 opções pelo preço de exercício de R\$ 23,34.

No quinto programa, constituído em 2015, o Conselho de Administração nos termos da cláusula 3.2.1 do Plano, modificado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 9 de maio de 2014, decidiu outorgar aos executivos um número de opções equivalente a 25% da sua participação nos resultados de 2014, sem a contrapartida de aquisição em Bolsa de Valores de ações próprias. Os executivos que decidiram investir os percentuais de sua participação nos resultados de 2014, na forma prevista dos planos anteriores, além dos 25% mencionados, receberão opções adicionais, conforme as regras do Plano.

No quinto programa de ações, foram outorgadas 50.393 opções pelo preço de exercício de R\$ 10,38.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações em circulação e os seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Preço médio de exercício por opção - R\$	Opções em circulação	Preço médio de exercício por opção - R\$	Opções em circulação
Saldo no início do exercício	26,70	38.342	25,45	57.919
Exercidas	13,13	(1.184)	12,84	(4.078)
Canceladas	24,47	(15.522)	35,04	(15.499)
Saldo no fim do período/exercício	25,78	21.636	26,70	38.342

Das 21.636 opções em circulação em 31 de dezembro de 2020 (38.342 em 31 de dezembro de 2019), 21.636 opções (28.778 opções em 31 de dezembro de 2019) são exercíveis.

Em 31 de dezembro de 2020, o preço de mercado das ações da Companhia era de R\$ 15,50 (R\$ 23,38 em 31 de dezembro de 2019). As opções foram mensuradas ao valor justo na data da outorga. A média ponderada do valor justo das opções em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 2,42 (R\$ 5,93 em 31 de dezembro de 2019).

As opções foram precificadas com base no modelo "Black & Scholes", e os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções outorgadas foram os seguintes:

- Volatilidade de 42,9% estimada com base no desvio-padrão do preço de fechamento diário da ação considerando os preços de vencimento.
- Vida esperada da opção correspondente entre um e três anos.
- Taxa de juros livre de risco anual de 1,92%, 2,56% e 3,61%, para um, dois e três anos, respectivamente.

23. PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO

Em abril de 2017, de 2018, de 2019 e de 2020, o Conselho de Administração aprovou os planos de incentivo de longo prazo referentes aos resultados de 2017 a 2020 ("Programa 2017"), aos resultados de 2018 a 2021 ("Programa 2018"), aos resultados de 2019 a 2022 ("Programa 2019") e aos resultados de 2020 a 2023 ("Programa 2020"), respectivamente, os quais têm por objetivo: (i) promover o bom desempenho da Companhia e o atendimento dos interesses de seus acionistas por meio de um comprometimento de longo prazo por parte dos administradores e empregados da Companhia; e (ii) alinhar a remuneração e benefícios outorgados a determinados administradores e empregados da Companhia com a performance das ações de emissão da Companhia nas bolsas de valores e com a performance econômico-financeira da Companhia.

Nos termos e condições do plano de incentivo de longo prazo da Companhia, os beneficiários dos Programas de 2017, de 2018, 2019 e de 2020 farão jus a prêmios em dinheiro referenciados (i) na valorização das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores; e (ii) no retorno sobre capital investido na Companhia ("Return On Invested Capital" ou "ROIC"). Para fins do referido plano, o recebimento dos prêmios denomina-se "Restricted Stock Unit" ou "RSU", no primeiro caso, e "Performance Share" ou "PS", no segundo caso. Cada unidade outorgada, no valor de R\$ 15,93, R\$ 22,64, R\$ 22,84 e R\$ 23,32, para os Programas de 2017, de 2018, 2019 e de 2020, respectivamente, equivale ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão anteriores ao período de 8 (oito) dias que antecede às respectivas datas de outorga em abril de 2017, janeiro de 2018, janeiro de 2019 e de janeiro de 2020.

Os RSUs serão liquidados em 3 tranches, sendo que cada RSU será equivalente ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) dos 10 (dez) pregões antecedentes à data de liquidação. As PS de 2017, de 2018, de 2019 e de 2020 serão liquidadas somente se o ROIC médio da Companhia apurado entre 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2020, entre 1º de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2021, entre 1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2022 e entre 1º de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2023, respectivamente, for atendido de acordo com os índices estipulados pelo Conselho de Administração para cada Programa.

As datas de liquidação de cada programa são conforme segue:

Programa	Tranche	Vencimento	RSUs e PSs em circulação
RSU - 2017	33,3%	20/05/2021	47.675
PS - 2017	100%	20/05/2021	107.376
RSU - 2018	33,3%	20/03/2021	40.717
RSU - 2018	33,3%	20/03/2022	40.717
PS - 2018	100%	20/03/2022	91.704
RSU - 2019	33,4%	20/03/2021	51.687
RSU - 2019	33,3%	20/03/2022	51.532
RSU - 2019	33,3%	20/03/2023	51.532
PS - 2019	100%	20/03/2023	116.065
RSU - 2020	33,4%	20/03/2022	63.869
RSU - 2020	33,3%	20/03/2023	63.678
RSU - 2020	33,3%	20/03/2024	63.678
PS - 2020	100%	20/03/2024	143.418

Em 31 de dezembro de 2020, o montante total provisionado na controladora é de R\$ 2.776 (R\$ 3.812 em 31 de dezembro de 2019) e no consolidado é de R\$ 6.361 (R\$ 8.504 em 31 de dezembro 2019) registrados nas rubricas "Outras obrigações". As ações em tesouraria para fins de utilização dos recursos para o pagamento dos Programas 2017, 2018, 2019 e 2020 estão demonstradas na nota explicativa nº 21.e).

No 2º trimestre de 2020, foram efetuados pagamentos referentes a 3º Tranche do programa RSU - 2016, 2º Tranche do programa RSU - 2017 e 1º Tranche do programa RSU - 2018. Conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2020, foi definido que o ROIC do ano de 2020 não será considerado para o cálculo dos planos de incentivo de longo prazo, dado o impacto do COVID-19 nos resultados da Companhia, e por este motivo, o plano PS - 2017 foi novamente provisionado.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	14.179	9.171	17.964	11.818
Receita com juros - plano de pensão	-	-	924	751
Descontos obtidos e juros ativos	37	200	37	200
Ganho financeiro sobre processos judiciais	1.049	1.755	1.246	1.776
Receita financeira sobre crédito de PIS e Cofins	-	-	-	42.610
Capitalização dos custos sobre empréstimos (CPC 20)	-	3.660	-	3.660
Outras	644	3.582	13.195	4.529
Total	15.909	18.368	33.366	65.344
Despesas financeiras:				
Juros passivos e encargos financeiros	(87.901)	(71.879)	(193.347)	(160.038)
Juros do plano de pensão	-	-	(11.263)	(12.586)
Atualização monetária das provisões para riscos	(5.137)	(2.936)	(7.130)	(4.768)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(5.235)	(2.399)	(5.392)	(2.524)
Custo amortizado das emissões das debêntures	(4.603)	(2.467)	(4.613)	(2.467)
Despesas bancárias	(9.032)	(661)	(29.385)	(36.799)
Outras	(2.241)	(3.050)	(11.301)	(10.942)
Total	(114.149)	(83.392)	(262.431)	(230.124)

25. VARIAÇÃO CAMBIAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber de clientes	6.380	1.256	(11.796)	(9.094)
Empréstimos e financiamentos	464	(855)	(3.442)	11.416
Fornecedores	(855)	(711)	21.406	8.544
Aplicação financeira	-	-	(6.367)	(1.082)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(3.831)	(423)
Outras	(2.238)	(448)	109	(14.485)
Total	3.751	(758)	(3.921)	(5.124)

26. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Classificação dos instrumentos financeiros - por categoria

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	5	669.805	263.853	1.605.439
Contas a receber de clientes	6	330.946	264.811	1.405.954
Mútuo	10.b	-	4.897	-
Total		<u>1.000.751</u>	<u>533.561</u>	<u>3.011.393</u>
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos	15	1.085.211	9.218	3.890.711
Debêntures	15	1.229.678	1.259.110	1.229.678
Fornecedores	16	188.331	146.238	1.463.594
Total		<u>2.503.220</u>	<u>1.414.566</u>	<u>6.583.983</u>

b) Valores justos
No caso da Companhia e de suas controladas, os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como contas-correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores de curto prazo, apresentam-se por valores próximos aos de mercado.
A comparação entre o valor justo e o custo amortizado dos empréstimos financiamentos e debentures pode ser assim demonstrada:

	Valor contábil	Valor justo
	5.120.389	5.034.807

c) Gestão de riscos financeiros

As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos seguintes fatores de risco:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas terem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e o acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez.

No que tange aos créditos com clientes, a Companhia entende que, pelo fato de existir: (i) forte análise de crédito; (ii) acompanhamento permanente dos saldos em aberto; e (iii) os clientes serem representados por grandes montadoras com boa classificação de risco, o risco de crédito é controlado.

A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento, conforme informações divulgadas na nota explicativa nº 6.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a área de Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda). Por meio de sua gestão de riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa consolidado e indicadores financeiros de gestão da dívida.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido nas próprias entidades, administrado pela Diretoria Financeira Corporativa. A Companhia investe sua liquidez de acordo com a sua gestão de risco financeiro, em aplicações com liquidez menor que 90 dias, por meio de depósitos em instituições financeiras.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e de suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	31/12/2020					
	Controladora			Consolidado		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	188.331	-	-	1.463.594	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.154.770	271.472	1.069.920	2.076.489	1.242.744	2.206.161
Total	<u>1.343.101</u>	<u>271.472</u>	<u>1.069.920</u>	<u>3.540.083</u>	<u>1.242.744</u>	<u>2.206.161</u>

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas estarem sujeitas aos ganhos ou às perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas para a aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia e suas controladas têm investimentos em controladas diretas e indiretas no exterior e fluxos operacionais de compra e venda em outras moedas. A Companhia e suas controladas possuem política específica para a contratação de operações de "hedge" para mitigar esses riscos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	Ativo:			
Contas a receber de clientes (i)	8.990	12.268	1.117.029	787.053
Partes relacionadas no exterior	43.584	19.590	89	69
Total do ativo	<u>52.574</u>	<u>31.858</u>	<u>1.117.118</u>	<u>787.122</u>
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	2.800.196	1.793.256
Fornecedores (iii)	5.175	2.164	1.268.978	977.163
Partes relacionadas no exterior	107	2.256	107	-
Total do passivo	<u>5.282</u>	<u>4.420</u>	<u>4.069.281</u>	<u>2.770.419</u>
Exposição líquida	<u>47.292</u>	<u>27.438</u>	<u>(2.952.163)</u>	<u>(1.983.297)</u>
(-) Controladas no exterior com moeda funcional local	-	-	2.956.182	1.997.425
Total da exposição para fins de análise de sensibilidade	<u>47.292</u>	<u>27.438</u>	<u>4.019</u>	<u>14.128</u>

(i) No consolidado, em 31 de dezembro de 2020, 79,4% em 31 de dezembro de 2019 referem-se a contas a receber de clientes mantidas pelas controladas localizadas no exterior, denominadas em dólares norte-americanos, euros e yuans.

(ii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2020, do saldo total de empréstimos, financiamentos e debentures, 54,7% (58,6% em 31 de dezembro de 2019) referem-se aos empréstimos contratados em moeda local das controladas localizadas no exterior, denominados em dólares norte-americanos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

(iii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2020, 86,7% (86,7% em 31 de dezembro de 2019) referem-se a fornecedores mantidos pelas controladas localizadas no exterior denominados em dólares norte-americanos, euros e yuans.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominados em moeda estrangeira.

Risco de concentração

Os produtos da Companhia e de suas controladas são usualmente vendidos mediante ordens de compra de valores relevantes, colocadas periodicamente por um número concentrado de clientes, que representam um volume significativo de suas vendas. Atualmente, cerca de 72% da sua receita operacional é concentrada em dez clientes. A perda de um cliente relevante ou a redução do volume adquirido por este poderá afetar negativamente a Companhia e suas controladas.

Risco de flutuação nos preços de aço e alumínio

Uma parcela significativa das operações da Companhia e de suas controladas depende da capacidade de adquirir aço e alumínio a preços competitivos. Caso o preço do aço e do alumínio tenha um acréscimo significativo e a Companhia e suas controladas não consigam repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensá-lo, a margem operacional será reduzida.

Análise de sensibilidade - consolidado

Os instrumentos financeiros, incluindo, quando aplicável, os instrumentos derivativos, estão expostos às variações em decorrência da flutuação de taxas de câmbio, taxas de juros (Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP) e taxa do CDI. As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis que foram consideradas pela Administração da Companhia são apresentadas a seguir:

i) Seleção dos riscos

A Companhia e suas controladas selecionaram três riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por elas detidos: (1) taxa de câmbio do dólar norte-americano/real; (2) taxas de juros dos empréstimos e financiamentos (TJLP), (CDI) e (LIBOR); e (3) taxa de remuneração das aplicações financeiras (CDI).

ii) Seleção dos cenários

Foram considerados três cenários para análise de sensibilidade de risco para os indexadores desses ativos e passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Desta forma, a Companhia determinou que fossem apresentados mais dois cenários, com deterioração de 25% e 50% das variáveis de risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2020.

O cenário provável considerado pela Companhia é o cenário real da cotação do dólar norte-americano/real, TJLP, CDI e LIBOR de 31 de dezembro de 2020. Para tanto, foram consultados o "site" do Banco Central do Brasil - BACEN como fonte de dados para a cotação do dólar norte-americano/real, o "site" do BNDES para a TJLP, o "site" da CETIP S.A. - Mercados Organizados para a taxa do CDI e o portal Bloomberg para a LIBOR.

Análise de sensibilidade de variações em moeda estrangeira

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrado no quadro de exposição cambial do item "Risco de taxas de câmbio", foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, e, por esse motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda que afete o fluxo de caixa dessas controladas.

Considerando essas exposições cambiais, em 31 de dezembro de 2020, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto no consolidado é como segue:

Risco da Companhia	Cenário possível	Cenário remoto
Redução da cotação do dólar norte-americano	1.005	2.010

O cenário possível considera uma valorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano, considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 5,1967/US\$ 1,00 (R\$ 3,8975/US\$ 1,00), e o cenário remoto, uma valorização de 50% (R\$ 2,5984/US\$ 1,00). Os resultados à luz das paridades consideradas seriam perdas de R\$ 1.005 e R\$ 2.010 nos cenários possível e remoto, respectivamente. A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável, por considerar que este reflete substancialmente as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2020.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros - risco da Companhia de aumento da taxa de juros - Consolidado

A análise de sensibilidade abaixo, leva em consideração o valor principal dos empréstimos.

Empréstimos e financiamentos - TJLP	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
TJLP em 31 de dezembro de 2020	4,55%	5,69%	6,83%
Financiamentos indexados - TJLP - R\$ 4.262:			
Despesa financeira estimada	194	243	291
Efeito - perda		(49)	(97)

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Sobre o Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário da Iochpe-Maxion S.A. ("CAE" e "Companhia", respectivamente) é um órgão estatutário de funcionamento permanente, que foi instituído, visando a adoção das melhores práticas de governança corporativa pela Companhia, na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de dezembro de 2011, na qual foi aprovado o seu Regimento Interno, tendo a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 26 de abril de 2012, promovido a necessária alteração no Estatuto Social da Companhia para prever a sua criação, na forma da regulamentação aplicável.

O CAE é atualmente composto de 3 (três) membros, eleitos em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de maio de 2017, tendo mandato de 10 (dez) anos a contar da referida data, nos termos do artigo 31-C da Instrução CVM nº 308/99, sendo dois membros independentes, um deles, membro do Conselho de Administração da Companhia e o outro, coordenador do CAE e especialista em contabilidade e finanças, sem exercer outra função na Companhia.

O CAE está vinculado diretamente ao Conselho de Administração e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do CAE são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis e aquelas definidas no seu Regimento Interno e na Seção III do Estatuto Social da Companhia.

Compete ao CAE avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria externa; supervisionar atividades de auditoria interna e controles internos e de administração de riscos da Companhia; assim como as demais atividades previstas no artigo 31-D da Instrução CVM nº 308/99, no Regimento Interno do CAE e no Estatuto Social da Companhia. As avaliações e atuação do CAE baseiam-se nas suas próprias análises e nas informações recebidas da Companhia e dos auditores externos.

A Ernst & Young Auditores Independentes foi a empresa responsável pelo exame e emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e pela emissão dos relatórios especiais sobre as revisões trimestrais (ITR's) do exercício de 2020.

A área de *Compliance*, Controles Internos e Riscos, bem como a área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia são subordinadas diretamente à Diretoria da Companhia, porém supervisionadas pelo CAE, conforme os termos da Instrução CVM nº 308/99. A Companhia também possui área de Auditoria Interna, subordinada ao Diretor Presidente da Companhia e supervisionada pelo CAE, cujas atividades são reportadas periodicamente ao Conselho de Administração, por meio do CAE.

Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário em 2020

O CAE reuniu-se em sessões ordinárias e extraordinárias 17 (dezessete) vezes no exercício social de 2020, nas quais participaram membros da Diretoria, auditores internos e externos, além de outros membros da administração e empregados da Companhia,

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
Empréstimos e financiamentos - CDI			
CDI em 31 de dezembro de 2020	1,90%	2,38%	2,85%
Empréstimo indexados - CDI - R\$ 882.000:			
Despesa financeira estimada	16.758	20.992	25.137
Efeito - perda		(4.234)	(8.379)

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
Empréstimos e financiamentos - LIBOR 6 meses			
LIBOR em 31 de dezembro de 2020	0,26%	0,32%	0,39%
Empréstimo indexado - LIBOR 6 meses - R\$ 284.831:			
Despesa financeira estimada	734	911	1.111
Efeito - perda		(178)	(377)

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
Debêntures - CDI			
CDI em 31 de dezembro de 2020	1,90%	2,38%	2,85%
Debêntures indexadas - 100% do CDI - R\$ 1.250.000:			
Despesa financeira estimada	23.750	29.750	35.625
Efeito - perda		(6.000)	(11.875)

Análise de sensibilidade de variações nas aplicações financeiras - risco da Companhia em caso de redução da taxa de juros

	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
Aplicações financeiras - CDI			
CDI em 31 de dezembro de 2020	1,89%	1,42%	0,95%
Aplicações financeiras - 99,7% do CDI - R\$ 644.251:			
Receita financeira estimada	12.176	9.148	6.126
Efeito - perda		(3.028)	(6.056)

As controladas Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S. e Maxion Inci Jant Sanayi A.S. possuem um hedge natural em virtude de suas operações em outras moedas, caso haja um saldo não protegido naturalmente, contratos a termo para proteção do saldo são contratados a fim de evitar maiores impactos referente a flutuação de tal moeda. Em 31 de dezembro de 2020, o total das perdas líquidas com esses contratos a termo era de R\$ 1.414, tendo sido registrado à rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" (nota explicativa nº 25) no resultado do exercício.

As operações contratadas em junho de 2020 possuem prazos de liquidação entre três e oito meses da data de contratação, os quais levam em consideração a previsão das compras futuras de aço e alumínio, a fim de proteger o risco de variação de preço. Em 31 de dezembro de 2020, as operações em aberto totalizam quatro contratos, com vencimentos previstos entre 31 de janeiro de 2021 a 26 de fevereiro de 2021.

As operações contratadas em dezembro de 2020 possuem prazos de liquidação entre um e seis meses da data de contratação para a controlada Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S., e prazos de liquidação entre três a seis meses da data de contratação para a controlada Maxion Inci Jant Sanayi A.S., os quais levam em consideração a previsão das compras futuras de aço e alumínio, a fim de proteger o risco de variação de preço. Em 31 de dezembro de 2020, as operações em aberto totalizam dez contratos, com vencimentos previstos entre 31 de janeiro de 2021 a 30 de junho de 2021.

Objeto amparado	Risco	Contraparte	Valor nocional (em milhares)		Ganho (Perda) valor de mercado
			€	RS	
Saldo em aberto	Variação cambial	Turkiye İş Bankası A.Ş.	17.637	111.046	(1.414)

30. GESTÃO DE CAPITAL

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do "Weighted Average Cost of Capital - WACC" (Custo Médio Ponderado de Capital).
A dívida em relação ao capital é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	2.314.889	1.268.328	5.120.389
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(669.805)	(263.853)	(1.605.439)	(646.137)
Dívida líquida	1.645.084	1.004.475	3.514.950	2.415.446
Total do patrimônio líquido	3.462.285	3.228.478	3.802.761	3.496.976
Relação dívida líquida sobre patrimônio	48%	31%	92%	69%

31. RESULTADO POR AÇÃO

	31/12/2020	31/12/2019
Denominador:		
Média ponderada da quantidade de ações	153.719.601	152.553.741
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(1.349.827)	(1.328.801)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	152.369.774	151.224.940
Numerador - básico:		
Lucro líquido (prejuízo) do período - R\$	(491.779.744)	337.435.372
Lucro líquido (prejuízo) do período por ação básico - R\$	(3.225.754)	2.231.135

	31/12/2020	31/12/2019
Denominador - diluído:		
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	152.369.774	151.224.940
Quantidade de ações - referente ao plano de outorga de opção de compra de ações (i)	-	38.342
Média ponderada da quantidade de ações	152.369.774	151.263.282
Numerador - diluído:		
Lucro líquido (prejuízo) do período	(491.779.744)	337.435.372
Lucro líquido (prejuízo) do período por ação diluído - R\$	(3.227.544)	2.230.778

(i) Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou efeito antidilutivo relacionado a: 12.443 opções dos programas de remuneração baseada em ações, com efeito de R\$ 0,00026 para o exercício findo em 31 de dezembro 2020.

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 8 - Informações por Segmento requer que os segmentos sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. O principal tomador de decisões operacionais da Companhia é representado pelo Presidente.

A Companhia e suas controladas possuem um único segmento (automotivo), tendo uma estrutura de gestão matricial em que somente as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em níveis mais detalhados, uma vez que os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e por suas controladas são divididos entre as divisões Maxion Wheels e Maxion Structural Components.

A receita líquida está representada da seguinte forma:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Receita líquida	Participação	Receita líquida	Participação
Operações na América do Sul - Brasil	1.935.06			

...continuação

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

- acompanhamento das decisões da Companhia com relação aos projetos de tecnologia da informação;
- acompanhamento das atividades da área tributária da área corporativa da Companhia;
- acompanhamento das atividades das áreas corporativas jurídica e legal, principalmente com relação aos processos ativos e passivos em andamento e respectivo provisionamento, conforme aplicável;
- revisão do “Formulário de Referência 2020” elaborado de acordo com a Instrução CVM nº 480/09;
- recebimento das manifestações feitas pelo canal de denúncias da Companhia e apuração das denúncias ou suspeição de violação ao Código de Conduta, assim como acompanhamento das providências tomadas pela Companhia;
- acompanhamento das medidas adotadas pela Companhia em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, com enfoque na segurança de seus empregados e nos impactos sobre os negócios da Companhia;

- acompanhamento do processo de implementação do sistema SAP nas unidades da Companhia no Brasil, com enfoque nos planos de ação desenvolvidos pela gestão para lidar com os desafios enfrentados durante o processo de implementação; e
- acompanhamento do processo de estabilização do centro de serviços compartilhados denominado Maxion Hub Services (“MHS”), estrutura criada para a centralização das atividades operacionais e transacionais das unidades do Brasil, gerando maior sinergia, padronização e agilidade na prestação dos serviços internos, tendo o CAE também focado suas atividades nos planos de ação adotados para garantir uma adequada transição dos processos para o MHS e sua estabilização.

Adicionalmente, manifestamos que não foram identificadas situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o CAE em relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Conclusão

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Iochpe-Maxion S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do referido Comitê, procederam à análise do relatório da administração e das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia, acompanhadas de suas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e, considerando as informações prestadas pela Companhia e pela Ernst & Young Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, recomendar sua aprovação pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária para deliberação pelos acionistas.

São Paulo, 3 de março de 2021.

Edward Ruiz Coordenador	Edmilson Baraldi	Luiz Antônio Corrêa Nunes Viana de Oliveira
----------------------------	------------------	---

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Iochpe-Maxion S.A. (“Companhia”), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao disposto no artigo 163 da Lei nº 6.404/76, examinaram o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das correspondentes notas explicativas, elaborados de acordo com a legislação vigente.

Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da administração da Companhia e no relatório, emitido nesta data e sem ressalvas, pela Ernst & Young Auditores Independentes sobre as referidas demonstrações financeiras, os membros do Conselho Fiscal da Companhia abaixo subscritos opinam, por unanimidade, que as demonstrações financeiras,

individuais e consolidadas, da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e o relatório da administração encontram-se adequadamente apresentados e em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 03 de março de 2021.

Membros do Conselho Fiscal:
Maurício Diácoli
William Cordeiro
Oscar Antônio Fontoura Becker

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da

Iochpe-Maxion S.A.

Cruzeiro - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Iochpe-Maxion S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Realização de tributos diferidos ativos

Conforme mencionado nas Nota Explicativa nº 9, a Iochpe-Maxion S.A., quando aplicável, reconhecem tributos diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, com base na existência de probabilidade razoável de que gerarão lucro tributável futuro para a utilização de tais ativos. Em 31 de dezembro de 2020, o montante de tributos diferidos ativos era de R\$ 96.193 mil e R\$ 243.976 mil na controladora e consolidado, respectivamente. Devido às incertezas inerentes ao negócio que impactam as projeções de resultado tributável futuro e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação desses tributos diferidos ativos e o fato de a Companhia e suas controladas exercerem um julgamento significativo na determinação do valor dos lucros tributáveis futuros que são baseados em projeção de receita, custos e resultado financeiro, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos relacionados às projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela Companhia e por suas controladas. Avaliamos a natureza das diferenças temporárias, bem como da base do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social que compõem a base tributável, considerando a aplicabilidade da legislação em cada país. Analisamos o cálculo dos tributos diferidos ativos, com o auxílio de nossos especialistas em tributos.

Adicionalmente, avaliamos as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na elaboração das projeções de resultados, comparamos as premissas com dados obtidos de fontes externas, quando disponíveis, tais como o crescimento econômico projetado, assim como realizamos uma análise de sensibilidade na projeção de receita e custos e efetuamos testes matemáticos das projeções. Analisamos a consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável e confirmamos que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança. Comparamos ainda o resultado esperado de lucro tributável futuro e o limite do valor a ser registrado como tributo diferido ativo da Companhia e de suas controladas e avaliamos a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria para redução dos valores de tributos diferidos ativos, sendo este ajuste não registrado pela Administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria sobre o teste de recuperabilidade dos tributos diferidos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia tomadas em conjunto.

Avaliação de redução ao valor recuperável dos ágios

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, a Companhia possui saldos significativos dos ágios registrados que podem apresentar risco de realização e, consequentemente, a redução de seus valores recuperáveis. O risco dá-se não somente pela relevância dos saldos, como também pelo impacto do cenário econômico local e global na determinação das premissas de crescimento e da taxa de desconto utilizada na análise da provisão para não realização dos ágios, conduzida pela Companhia, e pelo alto grau de julgamento envolvido na determinação das estimativas por parte da Administração. Dessa forma, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da implementação dos controles relevantes determinados pela Administração com relação à análise do valor recuperável dos ágios, além da análise dos planos de negócios da Companhia, global e por unidade geradora de caixa, com o suporte técnico de especialistas em avaliação, quando aplicável, nas análises e no desafio das premissas de crescimento de receita e da taxa de desconto utilizadas pela Administração na análise da provisão para não realização de ágios. Adicionalmente, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela Administração na elaboração das projeções de resultados, efetuamos testes matemáticos das projeções de resultados, análise de consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções e os dados contábeis, quando aplicável e confirmamos que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança. Examinamos, também, a adequação das divulgações da Companhia com relação ao assunto.

As divulgações da Companhia sobre as práticas contábeis e os saldos estão apresentadas, respectivamente, nas Notas Explicativas nº 4, nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados no teste de valor recuperável dos ágios, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as avaliações e premissas adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos**Auditoria dos valores correspondentes**

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 5 de março de 2020 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 3 de março de 2021.

	ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6	Luciano Ferreira da Cunha Contador CRC-1SP210861/O-2
---	--	---